



Instituto de Letras e Ciências Humanas

Telma Raquel Freire Oliveira

Para todos saber(em): um caso particular de concordância variável em português europeu



## **Universidade do Minho** Instituto de Letras e Ciências Humanas

Telma Raquel Freire Oliveira

Para todos saber(em): um caso particular de concordância variável em português europeu

Dissertação de Mestrado Mestrado em Ciências da Linguagem

Trabalho efetuado sob a orientação da **Professora Doutora Maria do Pilar Pereira Barbosa** 

Nome: Telma Raquel Freire Oliveira

Endereço eletrónico: telmafreire@gmail.com Telefone: 968 062 945

Número do Cartão do Cidadão: 12125714

Título da Dissertação: *Para todos saber(em)*: um caso particular de concordância variável em português europeu

Orientadora: Professora Doutora Maria do Pilar Pereira Barbosa

Ano de conclusão: 2014

## Mestrado em Ciências da Linguagem

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, 31 de janeiro de 2014

À Professora Pilar, por sempre ter acreditado em mim.

Ao Nuno, por ter sido, nesta viagem, o chão e o céu.

"A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que toda a gente vê."
Arthur Schopenhauer
Attitul Schopenhauer

## Agradecimentos

A tese que aqui apresento não é simplesmente minha, em larga medida porque esta não seria jamais possível sem a preciosa colaboração, material e imaterial, de todo um grupo de pessoas que dela fizeram parte. Foi um projeto incrível de partilha e de dedicação e é um orgulho poder dizer que não o foi somente da minha parte. Eis pois o inerentemente curto e parco espaço para deixar um grande obrigado a todos.

À Doutora Pilar Barbosa, pelo acompanhamento e encorajamento constantes, pela dedicação, pela presença, pelo rigor e, sobretudo, pela exigência, pelo exemplo, pela inspiração e pelo privilégio.

A todos os participantes neste estudo pela disponibilidade inesgotável, pela energia e vontade com que participaram em todos os testes, em todos os momentos.

À Doutora Cristina Flores pela preciosa ajuda, por estar sempre por perto, por ser atenta e incansável.

À Dra. Paula Dantas e ao Dr. Valdemar Sousa pela compreensão, pela flexibilidade no horário e pela disponibilização das instalações da Escola Profissional de Felgueiras para a realização dos testes ao longo desta investigação e ao Sr. Manuel pela dedicada colaboração nesses momentos.

Ao Nuno pelo tempo, pelo saber, pela compreensão mas, sobretudo, pela força, pela coragem, por ter sido motivação, iniciativa, catalisador e travão.

À Diana, companheira de viagem, por ter sido, ao longo de todo o processo, o encorajamento altruísta e o "colinho" de todas as horas.

Às minhas irmãs e aos meus pais pelo acompanhamento, pelo carinho e pela devoção.

A todos os meus alunos e colegas por pacientemente aturarem as minhas impaciências.

À Doutora Paula Luegi pelo interesse, pela ajuda e pela disponibilidade.

A todos quantos direta ou indiretamente partilharam esta aventura comigo e aturaram os meus maus humores e os momentos de desânimo, as alegrias e os momentos de descoberta. A todos um muito obrigada!

## Para todos saber(em): um caso particular de concordância variável em português europeu

#### Resumo

A concordância verbal enquanto regra variável tem sido objeto de estudo no quadro da Sociolinguística Variacionista especialmente no português do Brasil (PB) (Scherre, 1994; Scherre & Naro, 1998; Rodrigues, 2004). No caso do português europeu (PE), estudos recentes (Mota & Vieira, 2008; Cardoso, Carrilho & Pereira, 2012) centraram-se na alternância entre a terceira pessoa do plural e do singular em coocorrência com um sujeito plural. Partindo desta noção de regra variável e dos estudos já realizados tanto em PB como em PE, na presente dissertação, investiga-se um caso de variação na concordância verbal em PE que tem uma distribuição e propriedades particulares e, tanto quanto se sabe, não foi descrita anteriormente: os falantes omitem os traços da concordância verbal em contextos de infinitivo flexionado e de futuro do conjuntivo, na presença de sujeito lexical. Este tipo de concordância não padrão é atestado em falantes da zona do Vale do Sousa e do Vale do Ave.

Aplicou-se aos falantes do grupo em estudo, numa primeira fase, dois tipos de testes, um *offline* e um *online*, respetivamente, um teste de juízos de gramaticalidade com base numa escala de *Likert* bipolar e um teste de leitura automonitorizada. Posteriormente, aplicaram-se mais dois testes de juízos de gramaticalidade para aferir as tendências dos falantes na segunda pessoa do singular e em contextos de sujeito nulo.

Os resultados desta bateria de testes permitem concluir que o fenómeno de concordância variável em discussão possui duas propriedades distintivas: i) não afeta a segunda pessoa do singular e ii) ocorre apenas nas formas infinitivas e no futuro do conjuntivo.

Apresenta-se uma análise dos resultados que é fruto da combinação da Teoria da Morfologia Distribuída (Halle & Marantz 1993) com a noção de 'regra variável' da Sociolinguística Variacionista (Labov 1969), tal como proposto em Nevins e Parrott (2009). Em particular, sugere-se que o fenómeno em causa se deve à aplicação de uma regra de Empobrecimento no nível pós-sintático da gramática. Adotando a sugestão de Nevins e Parrott (2009), esta é uma regra variável, ou seja, uma regra que opera de forma probabilística e não categórica.

#### **Palavras-chave:**

sociolinguística variacionista, variação, regra variável, morfologia distribuída



# Para todos saber(em): a particular case of variable agreement in European Portuguese

#### **Abstract**

Verbal agreement as a variable rule has been studied by Variationist Sociolinguistics, especially in Brazilian Portuguese (BP) (Scherre, 1994; Scherre & Naro, 1998; Rodrigues, 2004). In the case of European Portuguese (EP), recent studies (Mota & Vieira, 2008; Cardoso, Carrilho & Pereira, 2012) focused on the alternation between third person plural and third person singular in co-occurrence with a plural subject. Based on this notion of variable rule, this dissertation presents a case of variation in verbal agreement in PE which has a special distribution and peculiar properties and, as far as it is known, it hasn't been previously described: speakers omit traces of verbal agreement in contexts with the inflected infinitive and with the future subjunctive, in the presence of a lexical subject. This research shows that this type of agreement is attested in non-standard speakers from a restricted area: Vale do Sousa and Vale do Ave.

Speakers from this area were tested in two types of tests: one online and one offline, namely, a grammaticality judgments test based on a bipolar Likert scale and a test of self-paced reading. Later on, two more grammaticality judgments test were done to assess the trends of the speakers in sentences with the second person singular and in null subject contexts. The results from applying this set of tests demonstrate that the phenomenon of variable agreement under discussion has two distinctive properties: i) it does not affect the second person singular and ii) it occurs only in infinitive forms and in the future subjunctive.

The results of this study are analyzed according to the Theory of Distributed Morphology (Halle and Marantz, 1993) and the variationist notion of 'variable rule' (Labov, 1969), as proposed in Nevins and Parrott (2009). In particular, it will be suggested that the phenomenon in question is due to the application of a rule of Impoverishment in the post-syntactic level of the grammar. Adopting Nevins and Parrott (2009), this is a variable rule, i.e., a probabilistic and not categorical rule.

## Keywords

Variationist sociolinguistics, variation, variable rule, distributed morphology

## Índice

Capítulo I. Introdução	23
Capítulo II. Enquadramento teórico	27
1. A Teoria da Variação: variáveis linguísticas e a noção de regra variável	27
1.1. Estudos sobre a concordância variável em português	28
2. A Teoria da Morfologia Distribuída	35
2.1. Princípios e fundamentos	36
2.1.1. Morfemas raiz e morfemas abstratos	41
2.1.2. A arquitetura da gramática, as derivações e as listas	41
2.1.3. A transparência do interface sintaxe-morfologia	43
2.1.3.1. Rearranjando traços: Empobrecimento e Fusão	44
3. A Teoria da Variação e a Teoria da Morfologia Distribuída	46
Capítulo III. O estudo	49
3.1. O problema de investigação (Problem Statement)	49
3.2. Metodologia e fundamentação da metodologia	50
3.2.1. Participantes	51
3.2.1.1. Grupo de estudo	51
3.2.1.2. Grupo de controlo	51
3.2.2. Procedimento	52
3.3. Os testes: condições, hipóteses e resultados	52
3.3.1. Fase I	52
3.3.1.1. Teste <i>offline</i> : o teste de juízos de gramaticalidade	54
3.3.1.2. Teste <i>online</i> : o teste de leitura automonitorizada	66
3.3.2. Fase II	72
3.3.2.1. Teste de juízos de gramaticalidade – 2S, 1P, 3P	72
3.3.3. Fase III	75
3.3.3.1. Teste de juízos de gramaticalidade – Futuro do conjuntivo	em
estruturas de sujeito nulo	76

Capítulo IV. Discussão dos resultados	81
4.1. Olhando para os dados: principais conclusões	81
4.2. Olhando para os dados: a análise	82
4.2.1. A flexão verbal em português e a MD: Bassani e Lunguinho (2011)	82
4.2.2. A nossa proposta	89
Capítulo V. Conclusão, considerações finais e investigação futura	95
Bibliografia	97
Anexos	101
Anexo 1. Frases do teste de juízos de gramaticalidade da Fase I	103
Anexo 2. Frases do teste de leitura automonitorizada	107
Anexo 3. Frases do teste de juízos de gramaticalidade da Fase II	111
Anexo 4. Frases do teste de juízos de gramaticalidade da Fase III	113

## Índice de tabelas

Tabela 1. Condições da bateria de testes da Fase I
Tabela 2. Resultados Teste T (orações finitas e infinitivas sem concordância)56
Tabela 3. Resultados do Teste T (orações infinitivas)
Tabela 4. Resultados do Teste ANOVA (contextos infinitivos sem concordância)58
Tabela 5. Resultados do Teste T das orações finitas (com e sem concordância)60
Tabela 6. Resultados do Teste T das orações finitas sem concordância
Tabela 7. Resultados do Teste T intergrupos (futuro do conjuntivo com concordância)65
Tabela 8. Resultados do Teste T intergrupos (futuro do conjuntivo sem concordância) 65
Tabela 10. Resultados do Teste T do teste de leitura automonitorizada (orações com e sem concordância)
Tabela 11. Resultados do Futuro do Conjuntivo no teste de leitura automonitorizada68
Tabela 13. Resultados do Teste T do teste de leitura automonitorizada (infinitivas e futuro do conjuntivo sem concordância)
Tabela 14. Resultados do Teste T do teste de leitura automonitorizada (orações com concordância e futuro do conjuntivo sem concordância)
Tabela 15. Resultados do Teste T do teste de leitura automonitorizada (orações com concordância e infinitivas sem concordância)70
Tabela 16. Condições do teste da Fase II
Tabela 17. Resultados do Teste T do futuro do conjuntivo sem concordância74
Tabela 18. Resultados do Teste T das orações infinitivas sem concordância75
Tabela 19. Condições do teste da Fase III
Tabela 20. Resultados do Teste T em contextos de sujeito nulo77



## Índice de figuras

Figura 1. Sistema Computacional	36
Figura 2. A arquitetura da gramática (Embick & Noyer, 1999: 266)	37
Figura 3. Arquitetura da gramática com listas (Embick & Noyer 2007: 301)	42
Figura 4. Estrutura sintática básica da flexão verbal em português	82
Figura 5. Estrutura morfológica do verbo português (Bassani & Lunguinho, 2011:20	,
Figura 6. Verbo no Presente antes e depois da Fusão na 1S (Bassani & Lunguinho, 2011: 210)	84
Figura 7. Competição para Inserção de Item de Vocabulário 1S (Bassani & Lunguini 2011:212)	
Figura 8. Verbo no presente antes e depois da Fusão na 1P (Bassani & Lunguinho, 2011:213)	86
Figura 9. Competição para Inserção de Item de Vocabulário 1P (Bassani & Lunguinl 2011:214)	
Figura 10. Verbo no Pretérito Imperfeito antes e depois da Fusão (Bassani & Lunguinho, 2011: 216)	88
Figura 12. Sintaxe da flexão verbal	89
Figura 13. Inserção do morfema <i>Th</i> para alojamento de vogal temática	89
Figura 14. Sintaxe da flexão verbal no infinitivo	90
Figura 15. Sintaxe da flexão verbal no futuro do conjuntivo	90
Figura 16. Sintaxe da flexão verbal no futuro do conjuntivo (verbos regulares)	91



## Índice de gráficos

Gráfico 1. Níveis de aceitação das orações agramaticais
Gráfico 2. Niveís de aceitação das orações infinitivas
Gráfico 3. Níveis de aceitação das orações infinitivas sem concordância por contexto. 57
Gráfico 4. Níveis de aceitação das orações infinitivas na primeira pessoa do singular 59
Gráfico 5. Níveis de aceitação das orações finitas (exceto futuro do conjuntivo) 60
Gráfico 6. Níveis de aceitação das orações finitas agramaticais por contexto61
Gráfico 7. Resultados globais do grupo de controlo
Gráfico 8. Resultados do grupo de controlo no futuro do conjuntivo64
Gráfico 9. Tempo de leitura por caracter consoante a extensão da palavra71
Gráfico 10. Resultados da Fase II - orações sem concordância74
Gráfico 11. Resultados do teste da Fase III no futuro do conjuntivo77

## Lista de abreviaturas

DP Desvio Padrão

EP European Portuguese

FL Forma Lógica

FF Forma Fonológica

MD Morfologia Distribuída

PB Português do Brasil

PE Português europeu

PF Phonological form

PM Português de Moçambique

PST Português de São Tomé

SVO Sujeito-verbo-objeto

VS Verbo-sujeito



## Capítulo I. Introdução

"All theories of morphosyntax provide mechanisms to account for the familiar phenomenon of allomorphy, where variant forms appear deterministically in a certain morphosyntactic environment. However, most current theories lack mechanisms that can explain the existence of intraindividual variation (a.k.a. inherent variation, sociolinguistic variation, or Labovian variation), where variant forms appear probabilistically in the same morphosyntactic environment. Addressing the issue of mechanisms would seem to be a prerequisite for answering further questions about the relationship between intra-individual variation and other phenomena such as language change."

Nevins & Parrott, 2009:1137

A concordância verbal enquanto "regra" variável tem sido objeto de estudo sobretudo por investigadores brasileiros, no quadro da Sociolinguística Variacionista (Scherre, 1994; Scherre e Naro, 1998, Rodrigues 2004). Assim, é sabido que, em variedades não escolarizadas do português do Brasil (PB), é atestada a ausência de concordância entre o sujeito e o verbo:

(1) "Nós não tinha medo de sucuri, não tinha medo de onça, não pensava em nada" (Rodrigues 2004: 134)

No caso do português europeu (PE), estudos recentes (Mota e Vieira, 2008; Cardoso, Carrilho e Pereira, 2012) centraram-se na alternância entre a terceira pessoa do plural e do singular em coocorrência com um sujeito plural (cf. 'quando morria pessoas'), tendo concluído que o tipo de verbo (inacusativo) e a posição do sujeito (pósverbal) são fatores determinantes em favor da concordância não padrão.

Neste estudo, investiga-se um caso de variação na concordância verbal em PE que, tanto quanto sabemos, não foi antes descrito na literatura, e tem uma distribuição e propriedades particulares. Trata-se da omissão dos traços da concordância verbal em contextos de infinitivo flexionado, na presença de sujeito lexical, como se exemplifica a seguir (exemplos retirados da fala espontânea de alunos da Escola Profissional de Felgueiras)

- (2) # Se é para nós comer, eu venho.
- (3) # É melhor nós ir lá.
- (4) # Isto é para nós fazer?

Este tipo de concordância não padrão é atestado (pelo menos) em falantes de uma determinada região do Norte de Portugal, da zona do Vale do Sousa e do Vale do Ave, e é particularmente intrigante, por duas razões. Em primeiro lugar, é conhecida a tendência, já observada na literatura (cf. Duarte, Gonçalves & Santos, 2013), por parte da generalidade dos falantes de PE, para o uso do infinitivo flexionado mesmo em contextos que exigem a forma não flexionada na variedade padrão (cf. # 'Eles acabam de falarem com a Maria'). Em segundo lugar, são frequentes os chamados "erros de atração", em que é feita concordância em número com o SN mais próximo (como em 'A apresentação das cores em duetos obedecem a uma harmonia que atende a todos os estilos de maquilhagem' (Scherre & Naro, 1998:12)). Os exemplos (2), (3) e (4) contrariam estas duas tendências, facto que os tornam particularmente interessantes enquanto objeto de estudo.

Neste ponto, o PE aproxima-se das variedades não padrão do português do Brasil (cf. (1)), com uma diferença crucial: os falantes limitam a omissão da concordância aos contextos em que a forma verbal está no infinitivo ou no futuro do conjuntivo.

Nesta dissertação, apresentamos os resultados de uma bateria de testes aplicados a falantes da zona em apreço.

Aplicou-se aos falantes do grupo em estudo, numa primeira fase, dois tipos de testes, um *offline* e um *online*, respetivamente, um teste de juízos de gramaticalidade com base numa escala de *Likert* bipolar e um teste de leitura automonitorizada. Posteriormente, para determinar se a omissão afeta todas as pessoas da concordância verbal do mesmo modo, foi aplicado novo teste de juízos de gramaticalidade ao grupo de estudo. Neste segundo teste, foram acrescentados contextos com a segunda pessoa do singular para determinar se a omissão de concordância exibia índices de aceitabilidade comparáveis aos verificados com a omissão das formas do plural. O último teste de juízos de gramaticalidade visava aferir as tendências dos falantes em contexto de sujeito nulo no futuro do conjuntivo.

Os resultados revelam que (i) a omissão da concordância afeta exclusivamente os morfemas de concordância positivamente especificados para o traço de número; (ii) o fenómeno não se limita ao infinitivo flexionado; estende-se também, e em exclusivo, ao futuro do conjuntivo. Apresentar-se-á uma análise baseada na combinação da teoria da Morfologia Distribuída (Halle e Marantz, 1993) com a noção de 'regra variável' da Sociolinguística Variacionista (Labov, 1966), tal como proposto em Nevins e Parrott

(2009). Em particular sugerir-se-á que o fenómeno em causa se deve à aplicação de uma regra de Empobrecimento no nível pós-sintático da gramática. Adotando uma sugestão de Nevins e Parrott (2009), esta é uma regra variável, isto é, uma regra que opera de forma probabilística e não categórica.

Esta tese encontra-se organizada do seguinte modo. No capítulo II apresenta-se sucintamente as duas teorias fundamentais em que assenta este estudo: a Sociolinguística Variacionista e a teoria da Morfologia Distribuída.

No Capítulo III, apresentar-se-á o trabalho empírico desenvolvido junto do grupo de controlo e da comunidade de fala em estudo. Esta apresentação desenvolver-se-á de forma faseada e progressiva, tendo em conta a bateria de testes aplicada e o procedimento adotado.

No Capítulo IV, discutir-se-ão os resultados do trabalho empírico e apresentarse-á uma proposta de explicação do fenómeno em apreço que assenta nas propostas de Embick e Noyer (2007), de Bassani e Lunguinho (2011) e de Nevins e Parrott (2009).

No Capítulo V, apresentar-se-ão algumas das principais conclusões e algumas pistas para investigação futura à luz das descobertas realizadas ao longo deste processo.

## Capítulo II. Enquadramento teórico

Neste capítulo serão apresentadas as teorias que contribuíram para a sustentação e para a explicação do fenómeno em estudo nesta investigação. Para melhor compreender este trabalho, são fundamentais o conceito de **regra variável** da Teoria da Variação Laboviana, no âmbito da Sociolinguística, e os conceitos e processos que integram a arquitetura da gramática segundo o modelo generativista da Teoria dos Princípios e Parâmetros (Chomsky 1981; 1995 e trabalho subsequente) e, em particular, da Teoria da Morfologia Distribuída (Halle e Marantz, 1990; 1993; Halle, 1997; Embick & Noyer, 1999; 2007; Embick & Halle, 2005; Harley & Noyer, 1999; Harley & Ritter, 2002). Por conseguinte, este capítulo dividir-se-á em duas partes principais: uma dedicada à Teoria da Variação, outra dedicada à Morfologia Distribuída.

### 1. A Teoria da Variação: variáveis linguísticas e a noção de regra variável

A Sociolinguística Variacionista (Labov, 1969; 1972; 1994; 2001; Weinreich, Labov & Herzog, 1968; Sankoff, 1988), também denominada por Teoria da Variação, estuda as variações sistemáticas inerentes às comunidades de fala e analisa os padrões de comportamento linguístico observáveis dentro de uma comunidade de fala, formalizando-os num sistema heterogéneo marcado por um conjunto de regras variáveis. Assume-se, assim, que existem formas linguísticas em variação, as chamadas formas em coocorrência ou variantes coocorrentes.

Este modelo assenta no princípio de que a variação ou a heterogeneidade linguística é ordenada, sistemática e condicionada por fatores linguísticos (internos) e extralinguísticos (externos). Opondo-se à visão da variação como um facto aleatório, Weinreich, Labov e Herzog (1968) desenvolvem a noção de **regra variável**, embora esta só tenha surgido oficialmente com Labov (1969). Em 1972, a definição de **regra variável** é enunciada por Labov da seguinte forma:

"The variable rules to be presented here are intended to achieve a higher level of accountability than unconstrained free variation will allow. They depend upon a more general principle of accountability which we require in the analysis of linguistic behavior: that any variable form (a member of a set of alternative ways of "saying the same thing") should be reported with the proportion of cases

in which the form did occur in the relevant environment, compared to the total number of cases in which it might have occurred."

Labov, 1972a: 94

Ou seja, este modelo incorpora a noção de que uma **regra variável** o é se tiver uma frequência expressiva de uso na comunidade de fala em estudo e se se modelar à interferência de fatores linguísticos e extralinguísticos. As regras variáveis caracterizam-se, por isso, pela sua replicabilidade e sistematicidade, o que não exclui a existência de regras formais categóricas.

As formas linguísticas coocorrentes devem apresentar, assim, de acordo com Labov (1978), dois requisitos: manutenção do significado e possibilidade de ocorrência num mesmo contexto. Isto significa que as variantes coocorrentes o são se tiverem a mesma distribuição e se mantiverem o seu valor semântico. Nas palavras de Paiva e Duarte (2006: 3), o grande contributo desta proposta está "... no termo "ordenada", que permite atribuir à variação um caráter sistemático e controlado que, até então, lhe fora negado."

#### 1.1. Estudos sobre a concordância variável em português

Foi à luz destes pressupostos e da noção de que cabe aos linguistas explicar a sistematicidade da variação que se desenvolveu uma série de estudos sobre o fenómeno de concordância variável no português do Brasil (PB) (cf. Scherre 1988; 1989; 1991; 1994; Scherre & Naro 1991; 1997; 1998; Naro & Scherre, 2003; Naro, Scherre & Cardoso 2007; Rodrigues, 2004, entre muitos outros).

Scherre e Naro, em 1998, estudaram o português vernacular do Brasil por apresentar "variação sistemática nos processos de concordância de número, exibindo variantes explícitas e variantes zero (0) de plural em elementos verbais e nominais..."(cf. (5a), (5b), (6a), (6b), (6c), (7a), (7b), (8c), (8d):

#### 5) CONCORDÂNCIA VERBO/SUJEITO

(5a)... eles GANHAM demais da conta (variante explícita);

(5b)... eles GANHAO demais (variante zero).

- 6) CONCORDÂNCIA ENTRE OS ELEMENTOS DO SINTAGMA NOMINAL
- (6a) oS freguesES; aS boaS açÕES; essaS coisaS todaS (variantes explícitas);
- (6b) essaS estradaS nova0; do0 meuS paiS (variantes explícitas e variantes zero);
- (6c) aS codorna0; aS porta0 aberta0 (variantes explícitas e variantes zero).

## 3) CONCORDÂNCIA NOS PREDICATIVOS E PARTICÍPIOS PASSIVOS

- (7a)... as coisas tão muito CARAS, né? ... (variante explícita);
- (7b)... que as coisa0 tá0 CARAO, num dá mesmo ... (variante zero);
- (8c)... os meus filhos foram AMAMENTADOS ... (variante explícita);
- (8d)... os meus filhos foram ALFABETIZADO0 ... (variante zero)."

Scherre & Naro, 1998: 1

O principal objetivo deste trabalho consistiu em mostrar que "os processos variáveis de concordância de número do português vernacular do Brasil evidenciam um sistema perfeito, correlacionado a variáveis lingüísticas e sociais." (Scherre & Naro, 1998: 1-2).

Através da análise de um número significativo de casos, os autores chegaram à conclusão de que a escala de saliência fonológica¹ desempenha um papel fundamental no estabelecimento da concordância e de que "... a concordância verbo/sujeito é sempre regida pelo(s) núcleo(s) do sujeito quando o sujeito for de um só núcleo de estrutura sintagmática simples anteposto ao verbo ou quando o sujeito for de dois núcleos antepostos ao verbo com pelo menos um de seus núcleos no plural.". (Scherre & Naro, 1998: 12-13). Para além da saliência fonológica, são também atuantes fatores morfológicos e sintáticos, nomeadamente a não adjacência sujeito-verbo e o número de sílabas existentes entre o verbo e o sujeito. O estudo conclui ainda que os fenómenos apresentados são sensíveis a variáveis sociais como o nível de escolarização, o sexo, a idade ou a pressão profissional. Segundo os autores, "a variação na concordância no português falado do Brasil está definitivamente internalizada na mente de seus falantes. Neste momento da língua, trata-se de uma variação inerente, altamente estruturada em

<sup>-</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> De acordo com Naro & Lemle (1976), este princípio consiste em estabelecer que as formas mais salientes, e por isso mais percetíveis, são mais prováveis de serem marcadas do que as menos salientes. Scherre (1988) analisa três eixos de saliência fonológica: grau de diferenciação fonológica entre singular e plural, tonicidade da sílaba e número da sílaba, sendo que para o presente trabalho importa apenas destacar o eixo da diferenciação entre a marcação de singular e de plural.

função de aspectos lingüísticos e sociais." (Scherre & Naro, 1998: 13). Deste modo, é possível prever em que estruturas linguísticas e em que situações sociais os falantes colocarão ou não as marcas formais de plural nos elementos com flexão, provando-se, assim, que as variações não são casuais ou aleatórias.

Rodrigues (2004) desenvolveu um estudo sobre uma variedade popular do português do Brasil utilizada nas favelas da periferia de São Paulo. Este trabalho propõe que a regra de concordância verbal nesta variedade é uma regra variável na aceção de Labov (1972). Relativamente aos fatores morfofonológicos, este estudo confirmou que a falta de concordância ocorre com mais frequência quando a diferença entre o singular e o plural é menos saliente e que, em contextos em que o plural é mais marcado, a probabilidade de aplicação da regra de concordância é mais alta. No que concerne aos fatores morfossintáticos, é validada a hipótese de que o sujeito nulo favorece o uso de formas verbais marcadas e a aplicação da regra padrão; as formas verbais não marcadas são preferencialmente usadas com sujeito pronominal explícito. Contudo, o estudo evidencia que a presença do pronome "nós" favorece a concordância, por oposição aos pronomes "eles" e "elas", que interferem de forma pouco significativa na realização da regra de concordância verbal. Dos fatores extralinguísticos analisados, destacam-se os resultados relativos ao sexo.

Em casos como os exemplificados em (9) e (10), a autora dá conta de que a informação é omitida por ser redundante, daí não se repetirem os morfemas de concordância quando se trata de orações coordenadas ou subordinadas com sujeito expresso, ou seja, é possível postular que o princípio da não repetição de marcas de flexão de número rege o vernáculo popular em São Paulo, assumindo uma explicação funcionalista no que diz respeito à análise da aplicação destas regras por parte do grupo em estudo.

- (9) nós não tinha medo de sucuri, não tinha medo de onça, não pensava em nada, só pensava em Deus.
- (10) quando nós chegava de tarde, já tava tava morrendo de tanto calor

A autora aponta ainda alguns pressupostos relativos ao falante popular de São Paulo: a noção de pessoa é mais saliente do que a de número gramatical, os índices de não aplicação da regra de concordância são menores na 1ª pessoa do plural do que na 3ª, isto é, a oposição entre pessoas gramaticais é menos permeável à não concordância do

que a oposição entre o singular e o plural, o que faz com que a não concordância na 1ª pessoa do plural constitua "...um estereótipo do Português Popular no Brasil." (Rodrigues, 2004: 137).

Em 2007, Scherre, Naro e Cardoso trabalharam acerca do efeito do tipo de verbo na concordância do português do Brasil, relacionando-o com o efeito da posição e da animacidade do sujeito. Analisaram dados provenientes de 64 falantes com verbos categorizados tradicionalmente como nocionais, de ligação e auxiliares e verbos categorizados, numa perspetiva generativista, como transitivos, intransitivos, de ligação, auxiliares/modais e existenciais. Aquando da análise dos resultados, concluíram que o tipo de verbo não revelou qualquer significância estatística e que, de facto, a posição e a animacidade do sujeito são as variáveis que influenciam a aplicação da regra da concordância verbal. Concluem ainda que "...única característica específica do verbo que influencia a concordância verbal é a saliência fônica da oposição singular/plural." (Sherre, Naro & Cardoso, 2007: 283).

Numa análise mais transversal e entre variedades do português, Mota *et al.* (2012) estudaram padrões de concordância verbal na 3ª pessoa do plural das variedades africanas, brasileiras e europeias do português admitindo "...a existência de um *continuum* de marcação de traços de concordância, no verbo, tenta-se situar esses diferentes padrões ao longo de um eixo [+concordância canónica]→[-concordância canónica]." O estudo apontou no sentido de haver um conjunto de fatores que caracterizam os padrões situados mais à direita do *continuum* que "...não se aplica nem ao PE² nem às variedades cultas não europeias, e que apresenta alguma heterogeneidade interna na sua expressão nas diferentes variedades..." (Mota *et al.*, 2012: 162). As autoras dão ainda nota de que há ainda um segundo conjunto de fatores comuns a todas as variedades que "...configuram o núcleo de homogeneidade trans-variedades, quer os padrões que os patenteiam se situem um pouco mais à esquerda ou um pouco mais à direita do *continuum* de concordância." (Mota *et al.*, 2012: 162).

No artigo, destaca-se a diferença entre o PE e as outras variedades na medida em que em PE não são atestados casos como os apresentados em (11), (12), (13) e (14).

-

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Português Europeu

- (11) Tu não vai para funeral tu não está molhado (PST<sup>3</sup>)
- (12) Tive que procurar emprego (...) deixou de depender - passou a trabalhar a sustentar a mim mesma a lutar com a vida (PST)
- (13) Mas como você cresceste na cidade... (PM<sup>4</sup>)
- (14) Os nossos filhos não não querem aquilo que nós quer (PM)

Mota et al., 2012: 165

Em PE, atestam-se casos de homofonia entre a 3ª pessoa do singular e a 3ª pessoa do plural (15), sendo que as autoras apuraram que esta não concordância se reduz a verbos com baixa saliência fonológica, na linha de Scherre & Naro, 1997; 1998.

(15) ...porque como ela via que nós éramos duas colegas que se dava lindamente... (Mota et al. 2012: 165)

Comparando as diversas variedades do português, Mota et al, 2012 concluem o seguinte:

"...(i) a ausência de marcas de concordância é quantitativamente irrelevante em PE e tipologicamente limitada – o PE caracteriza-se globalmente pela reiteração das marcas morfológicas de concordância, pela «concordância dissociada» (cf. Costa & Silva 2006), ou seja, por uma regra de concordância quase categórica; (ii) nas restantes variedades nacionais, há evidências no sentido de uma tendência para o aumento da presença de marcadores de concordância, embora ocorram casos de ausência em percentagens ainda relevantes, (iii) havendo alguma diversidade de padrões entre variedades não europeias; (iv) os factores extralinguísticos com maior relevância (nas zonas urbanas estudadas em geral são o nível de escolaridade e a idade (geralmente indissociáveis)."

Mota et al., 2012: 166

O PE é a variedade que apresenta menos casos de cancelamento da concordância e, por isso, foi a língua escolhida para ilustrar os fatores linguísticos associados ao cancelamento da concordância, embora as estruturas sejam comuns às variedades

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Português de São Tomé

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Português de Moçambique

estudadas. Segundo Mota *et al.* (2012: 169-171), os fatores que condicionam o cancelamento de traços de concordância são os seguintes:

- fatores inerentes à produção do discurso oral (16);
- fatores sintáticos e semânticos (verbos copulativos (17), ordem VS<sup>5</sup> (18), construções relativas e clivadas (19), presença de sujeito neutro nulo, seguindo um tópico (20), retoma por sujeito nulo plural de um sujeito singular com interpretação coletiva/genérica (21);
- sujeitos coordenados e complexos (22));
- fatores morfofonológicos.
- (16) essas relações entre a classe médica e as associações de doentes ficou bem estabelecida, ficou clara?
- (17) e crianças é muito diferente de ter multidões hum de de de adultos não é?!
- (18) aconteceu casos engraçados
- (19) nós éramos duas colegas que se dava lindamente o que é uma coisa óptima que por vezes não acontecia
- (20) bonequinhos [isso] era figuras de acção
- (21) a parte da família do meu pai [eles] também são doutra religião e pronto (22) foi mandado encerrar os postos escolares e as escolas seis dias

Perante os dados de concordância atestados, este estudo coloca a hipótese de haver diferentes padrões pronominais com diferentes graus de especificação do número, o que corresponderá a diferentes padrões de concordância sujeito-verbo.

No caso do PE, os estudos existentes (Mota & Vieira, 2008; Cardoso, Carrilho & Pereira, 2012) dão nota do cancelamento da concordância como se exemplifica a seguir:

(23)

- a. **Vieram**-nos a memória as declarações prestadas.
- b. Veio-nos a memória as declarações prestadas.

Cardoso, Carrilho & Pereira, 2012: 137

-

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Verbo-sujeito

Este tipo de variação é atestada em variedades não padrão e em contextos orais nas variedades padrão. Cardoso, Carrilho & Pereira, 2012 observam que o tipo de verbo (inacusativo) e a posição do sujeito (pós-verbal) são fatores determinantes em favor da concordância não padrão. Mota *et al.* (2012) e Varejão (2006) também invocam a ordem VS como fator determinante na não concordância verbal em PE.

Centrando-se no papel que diferentes fatores linguísticos desempenham na manifestação de formas de singular não padrão, Cardoso, Carrilho & Pereira (2012: 136) concluem "que este caso de concordância de terceira pessoa singular ocorre nas variedades de PE investigadas em correlação com condições sintáticas particulares, principalmente em configurações de tipo inacusativo." Cardoso, Carrilho & Pereira, 2012: 136

As autoras sugerem que esta variação na concordância possa estar relacionada com a variação lexical no que concerne à disponibilidade de um elemento expletivo. Ou seja, a concordância não padrão na terceira pessoa do singular resulta de uma

"...agreement relation with a [singular] null expletive. Thus, a way of explaining non-standard 3SG<sup>6</sup> in EP<sup>7</sup> as considered here is to postulate that, at least in some EP varieties – those which allow for this kind of agreement variation –, there is a null expletive that, just like expletive *il* in French, has some feature content."

Cardoso, Carrilho & Pereira, 2012: 152

Em síntese, a concordância não padrão atestada em português tem sido explicada com base em diferentes ordens de fatores. Têm sido apontados fatores de ordem morfológica, fonológica, sintática e de processamento (Naro & Scherre, 2007; Cardoso, Carrilho & Pereira, 2012; Mota & Vieira, 2008). Os estudos pioneiros foram realizados por investigadores brasileiros, precisamente sobre a variedade brasileira do português; no entanto, Scherre e Naro (2007) têm já em consideração dados de dialetos do PE que têm alguns pontos em comum com a variação atestada no PB.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Terceira pessoa do singular

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> European Portuguese

Estudos mais recentes sobre o PE, inclusivamente em comparação com o que acontece com outras variedades do português (cf. Mota *et al.*, 2012), têm vindo a provar que, de facto, a ausência de marcas de concordância é tipologicamente limitada: o PE caracteriza-se essencialmente pela não marcação da 3ª pessoa do plural enquanto nas restantes variedades do português existe uma maior variação nas formas atestadas de cancelamento da concordância. Segundo estes estudos, em PE, a omissão da concordância restringe-se à alternância entre a 3ª pessoa do plural e do singular em coocorrência com um sujeito plural, sendo que os verbos inacusativos a posição pósverbal do sujeito são fatores determinantes em favor do cancelamento da concordância verbal (cf. Mota & Vieira, 2008; Cardoso, Carrilho & Pereira, 2012).

O presente trabalho vem provar que na ordem canónica, SVO<sup>8</sup>, em PE, há uma variação na regra de concordância que se assemelha à variação no PB, com uma diferença fundamental: a omissão é limitada aos contextos em que a forma verbal está no infinitivo ou no futuro do conjuntivo (cf. Capítulo III).

## 2. A Teoria da Morfologia Distribuída

A Morfologia Distribuída (MD) é uma teoria da interface entre a Sintaxe e a Morfologia que teve início nos anos 90 com Morris Halle e Alec Marantz (Halle e Marantz, 1990; 1993; Halle, 1997) no quadro do modelo generativista da gramática de Chomsky (1981;1995 e trabalhos subsequentes).

Esta secção, após uma breve introdução dos pressupostos teóricos da Morfologia Distribuída centrar-se-á essencialmente nas propostas de Embick e Noyer (1999; 2007) (cf. 2.1.). O presente trabalho deter-se-á sobretudo nestas propostas por serem as que vão, em larga medida, ao encontro dos objetivos deste estudo. De notar ainda que, mais adiante, se estabelecerá a ponte entre o enquadramento teórico da MD e a noção sociolinguística de regra variável, através da apresentação da proposta de Nevins e Parrott (2009) (cf. secção 3.).

.

<sup>8</sup> Sujeito-verbo-objeto

# 2.1. Princípios e fundamentos

A MD enquadra-se no modelo de arquitetura da gramática proposto em Chomsky (1981; 1995) segundo o qual "a faculdade da Linguagem contém duas componentes distintas, um sistema cognitivo especificamente linguístico que guarda informação e sistemas de performance, que têm acesso a essa informação e a usam de diversas maneiras". O sistema cognitivo é constituído por um Léxico e pelo seguinte sistema computacional que tem o formato abaixo indicado (Marantz, Miyashita & O'Neil 2000: 2):

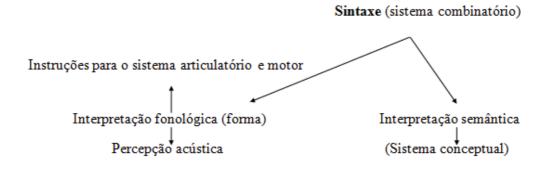


Figura 1. Sistema Computacional

O Léxico contém as unidades linguísticas elementares (ou formativos), que podem ser substantivas (N, V, P) ou puramente funcionais (as categorias Tempo, Aspeto, entre outras). O único sistema que tem acesso direto ao léxico é a sintaxe, aqui entendida como um mecanismo recursivo que combina as unidades lexicais de modo a formar uma estrutura hierárquica de constituintes sintagmáticos. As unidades lexicais são unidades estruturadas, feixes de traços abstratos e propriedades "interpretáveis' quanto à forma e quanto ao significado, o que permite que as estruturas formadas pela sintaxe sejam então "lidas" por outros sistemas independentes.

Num dado momento da derivação, a estrutura abstrata gerada pela sintaxe é soletrada, isto é, é enviada para a componente fonológica da gramática, que trata em exclusivo da computação da informação morfológica e fonológica. A componente fonológica, constrói, de acordo com regras próprias, representações fonéticas, isto é, Formas Fonológicas (FF), interpretáveis quer em termos acústicos (perceção) quer como instruções para o sistema articulatório e motor (produção). Do lado do significado, a derivação sintática procede por forma a gerar representações, designadas

<sup>9</sup> Esta transcrição é retirada da página 40 da tradução portuguesa da obra "The Minimalist Program" de N. Chomsky (1995).

Formas Lógicas (FL), que são interpretadas por um sistema dedutivo com as regras próprias e estabelece a interface com o sistema conceptual. Dá-se assim, num dado momento da derivação, designado SPELL OUT, uma bifurcação (cf. Figura 2), que desemboca em dois níveis de representação independentes, sendo que a estrutura gerada pela sintaxe vai estar sujeita a alterações e manipulações em cada um desses níveis, como se representa a seguir:

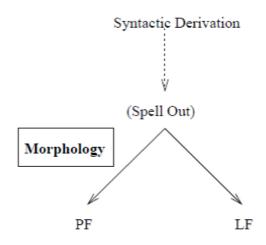


Figura 2. A arquitetura da gramática (Embick & Noyer, 1999: 266)

No modelo concreto da MD, propõe-se que os nós terminais da derivação sintática (designados **Morfemas**) são feixes de traços abstratos relevantes apenas para a sintaxe, sem informação fonológica ou morfológica. É só no momento de *Spell Out* que são inseridos os expoentes fonológicos de cada morfema, consoante os **Itens do Vocabulário** da língua. Por sua vez, as regras da FF linearizam a estrutura hierárquica gerada pela sintaxe e fornecem conteúdo fonológico aos morfemas abstratos. Este processo toma a designação de **Inserção Vocabular.** Cada Item de Vocabulário corresponde a um par constituído por um expoente fonológico e pela informação acerca do contexto gramatical de inserção. O conjunto de todos os Itens de Vocabulário de uma língua constitui a lista de vocabulário (cf. secção 2.1.2.). Tomando como exemplo a formação de nomes no plural em português, a operação de Inserção Vocabular adiciona traços fonológicos a um morfema abstrato com o traço [Plural]. Nos casos regulares, o expoente fonológico do plural em português é /-s/ e o Item de Vocabulário que formalmente expressa isto é o seguinte: /s/→[plural]

Ainda relativamente à FF, segundo Embick & Noyer (2007: 292) "... additional PF processes may modify and elaborate syntactic structures in limited ways [...]

language specific PF requirements may force the introduction of features and terminal nodes into the syntactic structure...".

Neste enquadramento, a morfologia é entendida como o resultado de todo um conjunto de processos que ocorrem no ramo da FF a seguir ao momento em que a derivação bifurca em FF e FL. Não se entende o léxico numa perspetiva tradicional, a formação de palavras ocorre na sintaxe ou como resultado de operações pós-sintáticas, que ocorrem no nível da estrutura morfológica.

A MD apresenta-se, assim, como uma teoria que propõe uma arquitetura da gramática que permita estabelecer de que forma a estrutura das palavras se relaciona com as estruturas geradas pelas regras da sintaxe.

"... an architecture of grammar in which a single generative system is responsible both for word structure and phrase structure. In particular, Distributed Morphology attempts to make precise the claim that all derivation of complex objects is syntactic. [...] In respect to the interface between syntax and morphology, this architecture has a clear consequence: since the only mode of combination in the grammar is syntactic, it follows that in the default case, morphological structure simply is syntactic structure."

Embick & Noyer, 2007: 290

Desta forma, a MD rejeita a Hipótese Lexicalista (Chomsky, 1970) na medida em que a função atribuída ao léxico em teorias generativistas anteriores é distribuída pelas restantes componentes e é "... a 'distribuição' dos processos relativos à formação de palavras entre a componente sintáctica e a componente PF<sup>10</sup> que dá origem à designação Morfologia Distribuída." (Magro, 2007: 16). O mesmo é dizer que as "palavras" são formadas com as regras da sintaxe, ou seja, "...'word' is not a privileged derivational object as far as the arquitecture of the grammar is concerned, since all complex objects, whether words or phrases, are treated as the output of the same generative system (the syntax). (Embick & Noyer, 2007: 290).

Ainda de acordo com estes autores.

"... the theory of the syntax-morphology interface might better be said to be a theory of (1) the primitive elements of the syntactic derivation (the traditional question of the morpheme); (2) the principles governing the assembly of these

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Phonological Form

primitives into complex objects (the question of what structures the syntax and perhaps the PF rules can derive); and (3) the manner in which phonological forms relate to the primitives and to the complex objects constructed from the primitives. Such an approach allows for a transparent (or 'direct') interface between syntax and morphology, because it hypothesizes that the same generative system derives all complex objects."

Embick & Noyer, 2007: 290

Uma propriedade importante da inserção tardia é a propriedade da **Subespecificação**, que é regida pelo **Princípio do Subconjunto** (Halle 1997, entre outros), segundo o qual os Itens de Vocabulário não precisam de ser plenamente especificados para serem inseridos.

# O Princípio do Subconjunto para a Inserção Vocabular

Um expoente fonológico realiza um morfema numa sequência terminal se o item lhe faz corresponder todos ou um subconjunto dos traços do morfema terminal. Se o Item de Vocabulário contém traços que não estejam presentes no morfema, não pode ser inserido.

Um outro princípio atuante no momento da escolha dos itens a serem inseridos nos nós terminais é o **Princípio do Bloqueio**:

## O Princípio do Bloqueio

Sempre que há mais do que um item do Vocabulário capaz de ser inserido, o item mais especificado é o que deve ser escolhido.

O Princípio do Subconjunto controla a inserção dos itens de vocabulário e resolve os casos de competição. Frequentemente, há mais do que um Item de Vocabulário que corresponde às condições necessárias para a inserção dos traços fonológicos, ou seja, estes itens estão em competição para aplicação dos traços fonológicos correspondentes a esse nó terminal.

O exemplo (24), de Sauerland (1995) apresenta a aplicação deste processo nas desinências adjetivais do holandês.

#### (24) Desinências adjetivais do holandês:

[-neuter] [+neuter]
[-plural] -e zero
[+plural] -e -e

Itens de Vocabulário que competem para a Inserção Vocabular:

No holandês, os Itens de Vocabulário apresentados em (24) competem para serem inseridos num morfema flexional [± neutro; ± plural] que se combina com um adjetivo na sintaxe. No contexto neutro singular, o morfema zero é inserido, nos restantes contextos -e é inserido. A inserção de zero no contexto específico de neutro singular bloqueia a inserção de -e pois, habitualmente, somente um Item de Vocabulário pode ser inserido num morfema.

O Princípio do Subconjunto determina que o expoente fonológico de um Item de Vocabulário é inserido numa posição específica somente se o item corresponder a todos ou a quase todos os traços especificados nessa posição. A inserção não acontece se o Item de Vocabulário apresentar traços que não estejam presentes no morfema, por conseguinte, quando vários Itens de Vocabulário "... meet the conditions for insertion, the item matching the greatest number of features specified in the terminal morpheme must be chosen." (Embick & Noyer, 2007: 298).

Os mesmos autores, no mesmo trabalho, dão um exemplo de Inserção Vocabular através do plural na língua inglesa:

"Vocabulary Insertion supplies phonological features to the abstract [pl] morpheme, which has combined with a noun in the syntax. We take the [pl] feature to be present on a head which is represented as # for "Number". The regular phonological exponent of the English plural is /-z/, and this is formally expressed by the vocabulary item in:  $z \leftrightarrow [pl]$ . The effect [...] is to add /-z/ to that node. While Vocabulary Insertion adds phonological features to a node, we assume that it does not automatically delete or erase the abstract features present on that node."

(Embick & Noyer, 2007: 297-298)

Após este enquadramento teórico dos principais fundamentos que norteiam a Teoria da Morfologia Distribuída, importa agora apresentar mais detalhadamente os mecanismos e as regras de funcionamento desta arquitetura da gramática, seguindo Embick e Noyer (2007).

#### 2.1.1. Morfemas raiz e morfemas abstratos

De acordo com este modelo, a sintaxe gera estruturas hierárquicas a partir de um conjunto finito de elementos primários que sofrem depois pequenas alterações na FF. Para que essas operações ocorram, há regras que devem ser cumpridas e as unidades sujeitas às operações de Mover e Compor (cf. *move* e *merge* (Embick & Noyer, 1999)), os morfemas, são de dois tipos, os morfemas raiz e os morfemas abstratos. Os primeiros correspondem às tradicionais categorias lexicais, classes abertas: "... Roots are openclass, and new Roots can be added to an individual's grammar at any time..." (Embick & Noyer, 2007: 295).

A categorização lexical na MD resulta também de um processo sintaticamente hierarquizado e estruturado: os morfemas raiz são sempre categorizados por estarem associados a nós funcionais que definem a sua categoria, "... Roots cannot appear without being categorized; Roots are categorized by combining with category-defining functional heads." (Embick & Noyer, 2007: 295). Desta forma, pode concluir-se que os morfemas raiz resultam de um complexo processo sintático de combinação de morfemas com nós que definem a sua categoria, pelo que estes morfemas não possuem traços inerentemente gramaticais, ou seja, o que se decompõe é a estrutura conducente à derivação dos morfemas raiz e não o morfema raiz em si mesmo. Relativamente aos morfemas abstratos tais como [pl] ou [passado], estes correspondem a nós funcionais e, após os processos de computação, cada morfema recebe um conjunto de traços fonológicos que ativam as instruções para os sistemas percetivo e articulatório. Os morfemas abstratos não dispõem de nenhum conteúdo fonético ou fonológico na derivação sintática e, por isso, "... one of the basic functions of morphology is to supply phonological features to abstract morphemes. By contrast, we assume Roots to be present with all their features throughout the derivation, with no such [Late] insertion process." (Embick & Noyer, 2007: 296).

# 2.1.2. A arquitetura da gramática, as derivações e as listas

Na MD, todas as derivações ocorrem na gramática, tal como apresentado na figura 2 e durante os processos de derivação, há três tipos distintos de listas<sup>11</sup> que são

\_

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Para a MD, a informação que estaria contida no léxico numa abordagem lexicalista é acedida por intermédio destas listas em diferentes fases da derivação.

acedidas em diferentes fases no curso da derivação: i) os Terminais sintáticos; ii) o Vocabulário iii) a Enciclopédia. Entender-se-á estas listas no presente trabalho conforme Embick e Noyer (2007):

- i) Terminais Sintáticos: a lista que contém os morfemas raiz e os morfemas abstratos.
- ii) **O Vocabulário**: a lista de Itens de Vocabulário, de regras que atribuem o conteúdo fonológico aos morfemas abstratos.
- iii) A Enciclopédia: a lista da informação semântica que deve estar listada ou como propriedade de um morfema raiz ou como um elemento sintaticamente construído.

A forma como estas listas são acedidas na arquitetura da gramática previamente discutida encontra-se representada na figura 3.

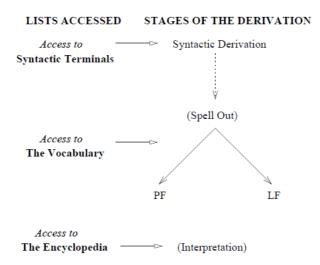


Figura 3. Arquitetura da gramática com listas (Embick & Noyer 2007: 301)

Os itens são produto da lista Terminais Sintáticos na derivação sintática, o Vocabulário é consultado na FF e contém as regras que fornecem os *phonological exponents* aos morfemas abstratos. A Enciclopédia é a lista que inclui o repositório "... for "special" meanings whether the meanings of roots or of larger objects." (Embick & Noyer 2007: 301) A Enciclopédia é consultada depois do output da FF e da FL, que os autores abreviam como Interpretação. De acordo com Marantz (1997), a Enciclopédia

inclui os significados especiais dos *idioms*<sup>12</sup>, entendendo-se por *idiom*, toda e qualquer expressão cujo significado seja imprevisível a partir da sua estrutura morfossintática. Tal como o Vocabulário, também a Enciclopédia é uma lista expansível, embora não seja, evidentemente, generativa pois a única componente generativa da gramática é a sintaxe.

# 2.1.3. A transparência do interface sintaxe-morfologia

"In its essence the Distributed Morphology approach to morphology is syntactic. As a consequence of the architecture of the grammar, in the simplest case, morphological structure and syntactic structure are the same. Because there is no Lexicon in which complex objects are assembled according to rules distinct from the rules of syntax, the generation of all complex forms must be performed in the syntax. PF processes add information to the structure that is derived in the syntax, in the form of morphologically relevant operations such as Vocabulary Insertion, but beyond this [and other PF mechanisms] the structure of words is syntactic structure."

Embick & Noyer, 2007: 302

Partindo deste princípio e de acordo com os mesmos autores (1999; 2007), apesar de se falar de um interface sintaxe-morfologia, este não existe verdadeiramente na medida em que tanto as palavras como as frases são geradas pelo mesmo sistema generativo: a sintaxe. Surge assim a noção de que as palavras não devem ter um estatuto diferente na gramática "...these pre-theoretic notions are replaced by a theory of primitives (e.g. Roots and abstract morphemes), a theory of relevant structures (e.g. 'syntactic terminal', 'complex head', 'phrase'), and explicit claims about derivational mechanics." (Embick & Noyer, 2007: 302). O nó complexo, que resulta do movimento de outros nós, é um mecanismo derivacional fundamental neste interface sintaxemorfologia e corresponde à estrutura interna da palavra (cf. Embick & Noyer, 2007). Assim, a linearização dos nós complexos é restringida pela estrutura hierárquica e, quando a linearização dos nós funcionais se encontra na mesma direção, a ordem dos afixos espelha a hierarquia da projeção sintática. Contudo, nem sempre isto acontece dáse aquilo que os autores designam por "Syntax-Morphology Mismatches" (Embick & Noyer, 2007). Apesar da assunção destes *mismatches*, os autores defendem que estes

<sup>-</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> A tradução aproximada seria expressão idiomática, embora não completamente e, por isso, manter-se-á a terminologia o original (Marantz, 1997).

desvios ocorrem ao nível da FF e que, uma vez que os ajustes nesta fase da derivação são mínimos, "...admitting such operations does not abandon the central architectural premise of the theory, namely that syntactic structure and morphological structure are, in the default case, the same." (Embick & Noyer, 2007: 304).

# 2.1.3.1. Rearranjando traços: Empobrecimento e Fusão

As regras de Empobrecimento foram formuladas inicialmente por Bonet (1991) e mais tarde desenvolvidas por Halle e Marantz (1993), Halle (1997) e Noyer (1992; 1998), entre outros. Nevins (2011) sintetiza o conceito de Empobrecimento de acordo com os autores supracitados:

"Impoverishment rules depend on a model of the syntax-phonology interface in which syntactic agreement occurs prior to the realization of features by phonological material, and in which feature-deletion operations may apply in between the output of syntax and the realizational procedure of choosing phonological exponents for morphosyntactic features. By deleting features, impoverishment operations decrease the number of possible overtly realized morphological distinctions, thereby giving rise to syncretism—the realization of two distinct morphosyntactic categories by the same phonological exponent. Impoverishment rules are formulated in context-sensitive terms and can delete featural content within environments that either are idiosyncratic (so called special impoverishment) or fall under a more systematic pattern determined by markedness."

Nevins, 2011: 413

O Empobrecimento elimina traços dos morfemas antes da Inserção Vocabular e complica os processos da FF que interpretam a estrutura sintática organizada antes do *spell-out*. Quando o Empobrecimento ocorre, um ou mais traços de um morfema são apagados num contexto específico e, após esse apagamento, o morfema não sofre qualquer Inserção Vocabular na medida em que o Item de Vocabulário exige o(s) traço(s) que foi (foram) apagado(s). Os efeitos deste fenómeno surgem quando uma categoria "...fails to exhibit the expected exponent but instead exhibits a default exponent. This gives the effect of forms which 'appear to be what they are not'." (Embick & Noyer, 2007: 311).

A Fusão, por sua vez, agrupa traços ou nós terminais, via Compor, para que estes sejam realizados fonologicamente por um único Item de Vocabulário em situações nas quais parece que os traços são *spelled out* como um conjunto quando deviam sê-lo

independentemente. Marantz (2006) define fusão como... "independent terminal nodes merged in the syntax then "fuse" to become a single terminal node for lexical insertion. [...] terminal nodes that are arguably independent [...] find a single realization, for some particular sets of features." (Marantz, 2006: 3-4)

De acordo com Bassani e Lunguinho (2011), a Fusão só pode ocorrer entre núcleos com relação de localidade<sup>13</sup> e a aglutinação de traços num único nó terminal é uma forma de economia universal das línguas designada por "minimize exponence". Na sua proposta, apresentam a Fusão como:

"... a aglutinação de traços em um único nó terminal é uma forma de economia de realização, já que implica a inserção de menor número de morfemas fonologicamente abertos. Após a fusão operada no componente morfológico, o verbo segue para a Inserção de Vocabulário. Nessa etapa, os Itens de Vocabulário elegíveis competem para inserção no nó terminal dotado dos traços [...]. Na competição, atua o Princípio do Subconjunto, por meio da propriedade de Subespecificação...".

Bassani & Lunguinho, 2011: 211

Em síntese, a Morfologia Distribuída apresenta uma proposta de arquitetura da gramática cuja única componente generativa é a sintaxe e cabe à morfologia interpretar o *output* da derivação sintática e fornecer a informação fonológica. Os elementos chave da computação sintática são morfemas abstratos e a sintaxe visível é resultado de todos os processos de organização e de interpretação dos morfemas desde a derivação sintática até às FF e FL. Não existe léxico, tal como é tradicionalmente entendido, nesta teoria da gramática e a morfologia é, assim, a responsável pelas operações que ocorrem no ramo da FF.

Para a MD a formação de palavras é sintática e fruto de processos combinatórios que ocorrem ao nível da computação. Os morfemas são, assim, os átomos desta arquitetura e os elementos fundamentais para a transparência do interface sintaxemorfologia, transparência essa que por vezes é comprometida devido a fenómenos de recuperação que põem em causa a comunicação entre a derivação sintática e a morfologia. Destes fenómenos, para os objetivos deste trabalho, importou salientar o empobrecimento e a fusão e destacar o facto de estes *mismatches* não comprometerem

<sup>13</sup> Adjacência

uma conceção da gramática que tem como pedra basilar uma identificação quase total entre palavra e sintagma na medida em que derivam exatamente dos mesmos processos e estão sujeitos às mesmas restrições.

## 3. A Teoria da Variação e a Teoria da Morfologia Distribuída

Nevins e Parrott (2009) recuperam a noção sociolinguística de regra variável de Labov (1969) e de Guy (1991) como um mecanismo restrito no enquadramento da Morfologia Distribuída de acordo com Halle e Marantz (1993) e Embick e Noyer (2007), estabelecendo, desta forma, a ponte entre os dois quadros teóricos mais importantes para a presente dissertação. Assim, estes autores propõem que

"...intra-individual paradigm 'leveling' variation (or, variable syncretism), can be effectively modeled as resulting from post-syntactic feature deletion rules that apply variably. In other words, variable rules enact a structural change only probabilistically, rather than deterministically, when their structural description is met."

Nevins & Parrott, 2009: 1135

Desta forma, por hipótese, as operações de Empobrecimento são introduzidas pela marcação universal de traços ou de combinações de traços morfossintáticos particulares. Para testarem esta hipótese, realizaram três estudos de caso de três variedades do inglês: Monmouthshire, Buckie e Smith Island.

Nevins e Parrott defendem que as regras de Empobrecimento podem "...enact a structural change probabilistically, rather than only deterministically, when their structural description is met." (Nevins & Parrott, 2009: 1135-1136), ou seja, consideram que as regras de Empobrecimento são parte dos mecanismos de variação morfossintática intra-individual, o mesmo é dizer que as operações de Empobrecimento morfológico são causadas pela marcação inerente e universal de determinados traços morfossintáticos e que, por isso, a aplicação probabilística, não categórica ou determinista, da regra de Empobrecimento é induzida pela combinação de traços morfossintáticos.

Estes autores defendem que uma teoria que estuda os mecanismos da variação deveria ser capaz de explicar o seguinte: "(a) what kind of objects are the variant forms, (b) what kind of structure constitutes their environment, and (c) why do the forms

appear variably instead of categorically." (Nevins & Parrottt, 2009: 3), isto é, a teoria deveria distinguir variação de alomorfia e é por esta razão que a sua proposta consiste no seguinte:

"... (a) the variant forms are different phonological exponents of underspecified Vocabulary items, (b) their environment consists of the phi features and associated values of terminal nodes, and (c) the forms appear probabilistically instead of deterministically when phi-feature deleting Impoverishment rules apply variably instead of categorically."

Nevins & Parrott, 2009: 1137

Partindo deste modelo e após a análise da concordância variável das três variedades em estudo neste trabalho, Nevins e Parrott concluem que esta proposta é válida na medida em que este modelo prevê que o fenómeno por eles estudado seja resultado da aplicação de regras de Empobrecimento que levam à inserção de Itens de Vocabulário subespecificados.

Por se considerar a pertinência desta proposta e a validade do fenómeno em estudo na presente dissertação, este modelo será também adotado na discussão dos resultados do presente trabalho, embora em articulação com outras propostas (cf. Embick & Noyer, 2007; Bassani & Lunguinho, 2011).

# Capítulo III. O estudo

Neste capítulo apresentar-se-á o trabalho empírico realizado bem como a sua relevância, os procedimentos metodológicos adotados, respetiva fundamentação e os participantes. O estudo foi desenvolvido em três momentos concretos que serão aqui apresentados como fases (Fase I, Fase II e Fase III). Também neste capítulo, posteriormente, apresentar-se-ão e analisar-se-ão os dados recolhidos.

## 3.1. O problema de investigação (Problem Statement)

Neste estudo investiga-se um caso de variação na concordância verbal em português europeu numa área restrita do Norte de Portugal: Vale do Sousa e Vale do Ave. Esta variação resulta da omissão dos traços da concordância verbal em contextos de infinitivo flexionado e de futuro do conjuntivo, na presença de sujeito lexical (cf. # Se nós faltar, justifica-nos a falta? ou # Isto é para nós estudar.).

Esta investigação tem como ponto de partida formas atestadas na fala espontânea dos falantes desta região que apresentam características peculiares que as distinguem dos demais contextos de cancelamento da concordância verbal em PE (cf. Mota *et al.*, 2012; Cardoso, Carrilho & Pereira, 2012). Peculiarmente, o que se constatou em momentos de fala espontânea é que os falantes, mesmo em frases com a ordem SVO com o sujeito lexicalizado, cancelam a concordância quando dispõem de toda uma estrutura sintática para a estabelecerem. Contudo, só o fazem em contextos de infinitivo flexionado e de futuro do conjuntivo, tal como previamente apresentado.

Importa agora, com o presente estudo, aferir a consistência deste surpreendente caso de concordância variável, antecipar e confirmar os contextos em que a concordância é cancelada e determinar quais os processos que influenciam a aplicação variável da regra de concordância. Importa ainda compreender se se trata, efetivamente, de um fenómeno diatópico, como se prevê que seja.

Em síntese, estudar-se-á um caso de concordância variável constatado a partir de ocorrências de fala espontânea, assumindo-se que se trata de uma variação regional e que apresenta contornos muito específicos e peculiares uma vez que os contextos de cancelamento da concordância são deveras específicos e restritos.

# 3.2. Metodologia e fundamentação da metodologia

Aplicou-se aos falantes do grupo em estudo, numa primeira fase, dois tipos de testes, um *offline* e um *online*, respetivamente, um teste de juízos de gramaticalidade com base numa escala de *Likert* bipolar e um teste de leitura automonitorizada.

Neste estudo, optou-se por testes de juízos de gramaticalidade na linha de pensamento de Chomsky (1965), entendendo-se o conceito de 'gramaticalidade' não numa perspetiva normativa, de correção linguística, mas enquanto propriedade que determina a inclusão de uma dada frase na linguagem gerada pela gramática interiorizada de um falante nativo. Os falantes nativos tem a capacidade de emitir juízos acerca do estatuto das frases da língua materna independentemente de considerações normativas acerca da língua e foi a essa capacidade que se apelou quando se pediu aos alunos para emitirem juízos de gramaticalidade. Assim, neste teste, aferiu-se a reação do falante relativamente à familiaridade, compreensão e aceitação das estruturas que lhe foram apresentadas através do recurso a uma escala bipolar, sem ponto neutro. Visto que a correção linguística normativa não foi o objeto deste teste, isso foi claramente explicado aos participantes aquando da realização do questionário.

Apesar de todas as contingências inerentes a um teste de juízos de gramaticalidade considerou-se que "...by eliciting judgments, we can examine reactions to sentence types [...] in social science..." (Schütze 1996:2) e que os juízos são uma forma de obter "...a form of information that scarcely exists [...] namely negative information." (Schütze 1996:2). De acordo com o mesmo autor, este tipo de juízos é ainda importante, pois "...when one is merely observing speech, it is difficult to distinguish reliably slips, unfinished utterances and so forth...." (Schütze 1996:2).

O teste de leitura automonitorizada foi aplicado aos participantes do grupo de estudo em sessão presencial com recurso ao *Linger*, uma aplicação informática que permite a realização de uma vasta panóplia de experiências relacionadas com o processamento da linguagem.

Este tipo de testes permite determinar o tempo de leitura de cada um dos participantes em cada uma das regiões da frase, críticas (segmentos em análise) e não críticas (restantes segmentos da frase) e, com base nesses tempos de leitura, é possível aferir se houve ou não custos no tempo de leitura dos segmentos críticos. A haver, significa que o falante precisou de mais tempo para processar a oposição gramatical/agramatical por ter detetado uma anomalia na estrutura que lhe é apresentada (cf. Carpenter & Woolley, 1982).

Devido a restrições temporais, espaciais e metodológicas<sup>14</sup>, aplicou-se ao grupo de controlo somente o teste de juízos de gramaticalidade correspondente à primeira fase do estudo.

Relativamente ao grupo em estudo, com base nos resultados obtidos na primeira bateria de testes (cf. secção 3.3.), foi necessário testar os participantes em outros contextos por forma a restringir o universo de explicações possíveis para o fenómeno em apreço, pelo que o estudo desenvolvido será apresentado em três fases, correspondentes aos momentos em que se aplicou os testes aos falantes.

# 3.2.1. Participantes

Os participantes dividem-se em dois grupos: o grupo de estudo (cf. secção 3.2.1.1) e o (cf. secção 3.2.1.2). O primeiro grupo é constituído por 50 falantes nativos das zonas do Vale do Sousa e do Vale do Ave, onde foi detetado o fenómeno linguístico em apreço, e o segundo grupo é constituído por 68 falantes nativos de vários distritos de Norte a Sul de Portugal.

# 3.2.1.1. Grupo de estudo

Os 50 falantes da zona do Vale do Sousa e do Vale do Ave são falantes adolescentes, 28 do sexo masculino e 22 do sexo feminino, com média de idades de 16,4 anos, todos do décimo ano do ensino secundário, ou seja, num nível médio de escolaridade e todos oriundos e residentes nesta região do país, nomeadamente dos concelhos de Felgueiras, Vizela e Guimarães, distritos do Porto e Braga, respetivamente.

#### 3.2.1.2. Grupo de controlo

Fazem parte do grupo de controlo 68 falantes, 25 homens e 42 mulheres, com uma média de idades de 32,5 anos, escolarizados (3º Ciclo, Ensino Secundário e Ensino Superior) dos distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real, Aveiro, Coimbra, Castelo Branco, Lisboa, Setúbal, Beja e Faro, que nunca viveram nem no Vale do Sousa e no Vale do Ave.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Com base nos evidentes resultados da bateria de testes da Fase I (cf. secção 3.3.) e também devido a restrições espaciais e temporais óbvias, optou-se por continuar a desenvolver o estudo somente junto do grupo em análise.

### 3.2.2. Procedimento

Tal como já foi referido anteriormente, o procedimento deste estudo dividiu-se em três momentos fundamentais, em três fases distintas.

Fase I: aplicação da primeira bateria de testes (teste de juízos de gramaticalidade a ambos os grupos) e teste de leitura automonitorizada (aplicado somente ao grupo em estudo).

Fase II: aplicação de novo teste de juízos de gramaticalidade (inclusão da segunda pessoa do singular<sup>15</sup>).

Fase III aplicação de novo teste de juízos de gramaticalidade, desta vez em somente com orações no futuro do conjuntivo em contexto de sujeito nulo.

## 3.3. Os testes: condições, hipóteses e resultados

Nesta secção apresentar-se-á as condições dos testes aplicados aos falantes, as hipóteses que nortearam o estudo e os resultados de cada teste de acordo com o seu desenvolvimento procedimental ao longo da investigação. A análise estatística foi realizada com recurso ao software IBM® SPSS® atualmente na sua versão 22.0.

### 3.3.1. Fase I

Nesta primeira fase, o objetivo principal era confirmar o objeto de estudo, colocando os falantes da região em apreço em contacto direto com as estruturas previamente atestadas e expor um grupo de controlo de falantes de outras regiões do país às mesmas estruturas para aferir i) se os falantes em estudo aceitam as estruturas que produzem, e ii) se se trata de um fenómeno geograficamente circunscrito.

# Condições dos testes offline e do teste online

Nesta primeira fase, para todos os testes, criaram-se condições, conforme tabela 1, para testar orações finitas e infinitivas com e sem concordância. Em todas as condições, criaram-se contextos com orações finais, orações completivas de objeto e completivas de sujeito. Relativamente às orações finitas, testaram-se ainda orações matriz e orações subordinadas condicionais com o futuro do conjuntivo (i.e., alternâncias do tipo 'se nós for...' *versus* 'se nós formos...') visto que os falantes desta região produziram os enunciados que podemos ver em (25) e (26).

.

<sup>15</sup> Doravante, 2S

- (25) # Se nós acabar isto, podemos sair?
- (26) # Se eles for, eu também vou.

Em cada um destes contextos, variou-se entre a primeira pessoa do plural (1P) e a terceira pessoa do plural (3P), no caso da 3P, alternou-se entre o uso do pronome e DP<sup>16</sup> plenos, estas alternâncias foram concebidas apenas como variáveis controladas na criação dos contextos e não como variáveis em estudo. Para acautelar a possibilidade de se tratar de atribuição excecional de caso, foram incluídos no desenho do teste exemplos em que o sujeito encaixado (1S<sup>17</sup>) aparece no caso oblíquo, (cf. #'A mãe faz sempre pão para mim comer.').

Condições	Contextos
	Finais (1S, 1P e 3P)
Orações infinitivas com concordância	Completivas de objeto (1P e 3P)
	Completivas de sujeito (1P e 3P)
	Finais (1S, 1P e 3P)
Orações infinitivas sem concordância	Completivas de objeto (1P e 3P)
	Completivas de sujeito (1P e 3P)
	Finais (1P e 3P)
	Completivas de objeto (1P e 3P)
Orações finitas com concordância	Completivas de sujeito (1P e 3P)
	Futuro do conjuntivo (1P e 3P)
	Matriz (1P e 3P)

 $<sup>^{16}</sup>_{\it Determiner\ phrase}$ 

<sup>17</sup> Primeira pessoa do singular

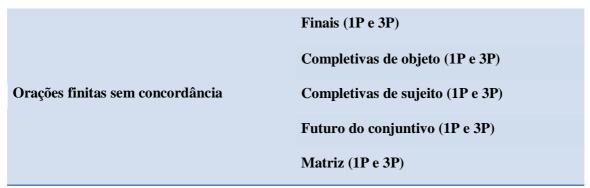


Tabela 1. Condições da bateria de testes da Fase I

## 3.3.1.1. Teste offline: o teste de juízos de gramaticalidade

O teste foi realizado presencialmente pelo grupo em estudo e os participantes foram confrontados com 120 itens distribuídos aleatoriamente, correspondentes às condições em estudo. Perante cada um deles, os participantes tinham de se posicionar na seguinte escala de Likert: aceito totalmente; aceito, muito dificilmente aceitaria e não aceito.

O mesmo teste, com a mesma introdução e as mesmas instruções, foi aplicado ao grupo de controlo, que o realizou via internet, através de uma ferramenta para a elaboração de questionários online.

Considerando as formas atestadas anteriormente e a metodologia adotada, as predições, para o teste de juízos de gramaticalidade, eram as de que os falantes do grupo em estudo iriam **aceitar** i) as formas infinitivas com concordância (gramaticais no dialeto padrão) e sem concordância (agramaticais no dialeto padrão), ii) as formas finitas com concordância e iii) **rejeitar** as formas finitas sem concordância (também agramaticais no dialeto padrão), com exceção do futuro do conjuntivo.

Relativamente ao grupo de controlo, as predições apontavam no sentido de os falantes **aceitarem** i) as formas infinitivas e finitas com concordância e **rejeitarem** iii) as formas sem concordância quer sejam finitas quer sejam infinitivas, e iv) as formas sem concordância no futuro do conjuntivo.

## Resultados do grupo em estudo

Importa referir que, para efeitos de análise dos resultados, far-se-á uma leitura dicotómica, polarizada, da escala, ou seja, aceitam ou não aceitam, e, por razões de transparência, nos gráficos, manter-se-ão os resultados correspondentes à escala que foi apresentada aos participantes. De notar ainda que as alternâncias entre pronomes e DP

plenos bem como entre pessoas do plural não serão analisadas separadamente por terem sido concebidas apenas como variáveis controladas.

Numa primeira abordagem, importa aferir os níveis de aceitação das orações sem concordância<sup>18</sup>, finitas e infinitivas para verificar se há ou não alguma diferença entre estas duas condições. O gráfico 1 apresenta a média dos níveis de aceitabilidade relativos às duas formas no grupo de estudo.

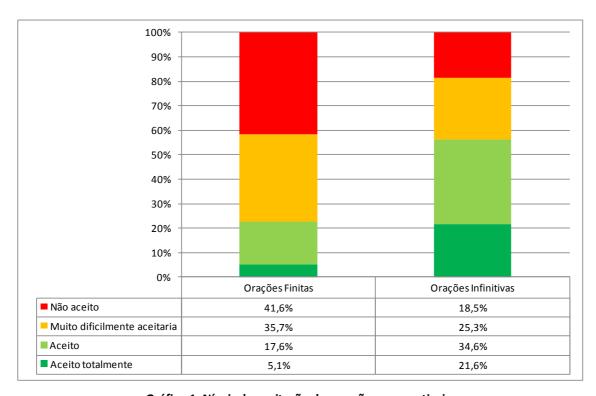


Gráfico 1. Níveis de aceitação das orações agramaticais

Relativamente às orações infinitivas sem concordância, os dados mostram que o grupo de estudo apresenta uma média de 56,2% de aceitação, com um desvio padrão (DP) de 20,3. Nas orações finitas sem concordância, excetuando o futuro do conjuntivo, a média dos níveis de aceitabilidade não ultrapassou os 22,7%, com um DP de 21,1.

Dos resultados relativos às orações finitas, excetua-se o futuro do conjuntivo uma vez que, neste contexto, os juízos de aceitabilidade se aproximam dos resultados das orações infinitivas. Para verificar se há diferenças estatísticas significativas, aplicouse um Teste T para Amostras Emparelhadas conforme tabela 2.

-

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> Nos gráficos corresponderão às orações denominadas como agramaticais (no dialeto padrão).

	Orações finitas	Orações infinitivas	
	(N = 50)	(N = 50)	
	Média (DP)	Média (DP)	t (49)
Grupo de Estudo	22.7 (21.1)	56.2 (20.3)	13.45***

<sup>\*\*\*</sup>p < .001

Tabela 2. Resultados Teste T (orações finitas e infinitivas sem concordância)

Os resultados mostram que há diferenças significativas entre os níveis de aceitabilidade das orações finitas e infinitivas sem concordância: t (49) = 13,45, p<.001.

Estabelecida a comparação entre as orações sem concordância, finitas (exceto futuro do conjuntivo) e infinitivas, analisar-se-á, de seguida, o que acontece com estas últimas. No gráfico 2, apresenta-se os resultados das orações infinitivas com e sem concordância.

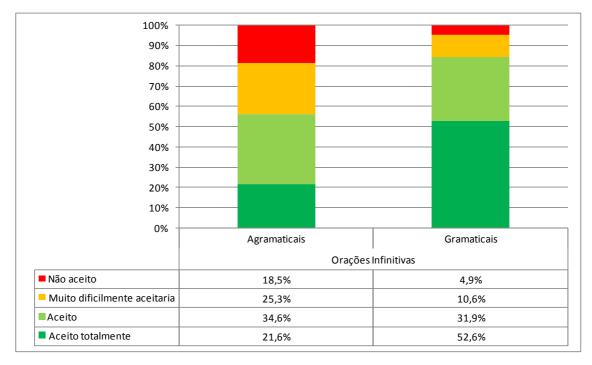


Gráfico 2. Niveís de aceitação das orações infinitivas

Como se pode verificar, os falantes aceitam as orações infinitivas com concordância numa média de 84,5% (DP=9,2) e as orações infinitivas sem concordância numa média de 56,2% (DP=20,3).

Para verificar se há diferenças estatísticas significativas, aplicou-se um Teste T para Amostras Emparelhadas conforme a tabela 3.

	Orações agramaticais	Orações gramaticais	
	(N = 50)	(N = 50)	
	Média (DP)	Média (DP)	t (49)
Grupo de Estudo	56.2 (20.3)	84.5 (9.2)	10.23***

<sup>\*\*\*</sup>p < .001

Tabela 3. Resultados do Teste T (orações infinitivas)

Os resultados mostram que há diferenças significativas entre os níveis de aceitabilidade das orações infinitivas sem e com concordância: t (49) = 10,23, p<.001.

Embora a diferença seja estatisticamente significativa, importa realçar que os falantes aceitam as formas sem concordância com uma média elevada (56,2%).

Relativamente às orações infinitivas sem concordância, apresentar-se-á, no gráfico 3, a distribuição dos níveis de aceitação consoante os seguintes contextos em estudo: orações infinitivas completivas, orações infinitivas completivas de sujeito e orações infinitivas finais.

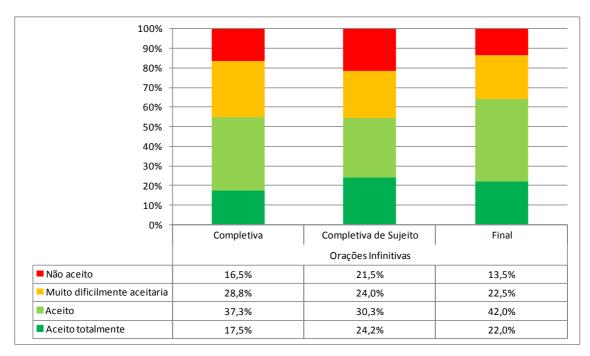


Gráfico 3. Níveis de aceitação das orações infinitivas sem concordância por contexto

O gráfico 3 permite aferir que o contexto mais aceite pelos falantes corresponde ao das orações infinitivas finais (64%, DP=33,9) (cf. #A mãe faz sempre pão para nós comer. e #O professor tem de ser exigente para os alunos trabalhar.)

As orações infinitivas completivas exibem médias de aceitabilidade de 54,8% (DP=23,4) e as completivas de sujeito médias de 54,5% (DP=21,2). Para aferir se haveria diferenças significativas nos graus de aceitabilidade relativos a estes contextos, optou-se por correr um teste de Análise de Variância (ANOVA) para Medidas Repetidas (F), conforme tabela 4, uma vez que se quer comparar o mesmo grupo nas mesmas três condições experimentais.

	Infinitivas completivas	Infinitivas completivas de sujeito	Infinitivas finais	
	(N = 50)	(N = 50)	(N = 50)	F (2.98)
	Média (DP)	Média (DP)	Média (DP)	
Grupo de Estudo	54.8 (23.4)	54.5 (21.2)	64.0 (33.9)	4.37***

<sup>\*\*\*</sup>p < .05

Tabela 4. Resultados do Teste ANOVA (contextos infinitivos sem concordância)

Os resultados mostram que há diferenças significativas entre os níveis de aceitabilidade das orações infinitivas sem e com concordância: F(2.98), p<.05.

Convém salientar que a percentagem mais elevada de aceitação nas orações infinitivas finais não está relacionada com a atribuição excecional de caso. Esta possibilidade foi acautelada no próprio desenho do teste, tendo sido incluídos exemplos em que o sujeito encaixado aparece no caso oblíquo (cf. #'A mãe faz sempre pão para mim comer.'). Os resultados alusivos a este contexto são apresentados no gráfico 4.

Os participantes rejeitaram expressivamente estes contextos com uma média de 4,5% (DP=11,5) de aceitação e aceitam nitidamente (95,8%, DP=7,8) as orações com concordância equivalentes como #'A mãe faz sempre pão para eu comer'.

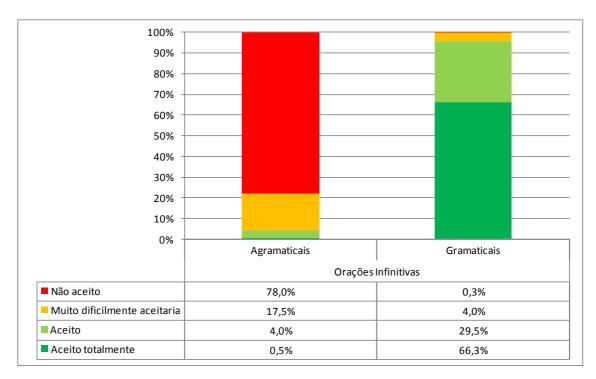


Gráfico 4. Níveis de aceitação das orações infinitivas na primeira pessoa do singular

No que concerne às orações em que o sujeito encaixado aparece no caso oblíquo, não foram aplicados quaisquer testes de significância devido ao evidente contraste entre os níveis de aceitação destas orações.

Os resultados relativos às orações infinitivas sem concordância permitem afirmar que, de facto, nesta região, os falantes aceitam a variação na concordância verbal. Para evidenciar estes resultados, seguem-se os resultados relativos às orações finitas.

Foi já mencionado anteriormente que os níveis de aceitação de orações sem concordância em orações finitas são inexpressivos (22,7%, DP=21,1); contudo, apresentar-se-ão agora os resultados relativos a estas orações com mais pormenor.

Recorde-se que os 22,7% de aceitação são relativos às orações finitas sem concordância excetuando os contextos no futuro do conjuntivo. O gráfico 5 apresenta os resultados contrastantes: nas orações finitas sem concordância, os níveis de aceitação apresentam uma média de 22,7% (DP=21,1) enquanto as orações finitas com concordância apresentam uma média de 88,9% (DP=9,9).

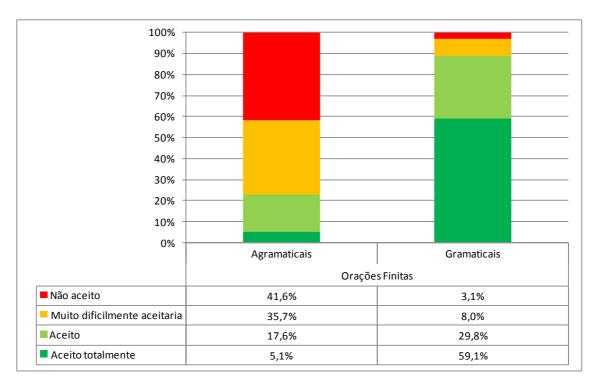


Gráfico 5. Níveis de aceitação das orações finitas (exceto futuro do conjuntivo)

Para verificar se haveria diferenças estatísticas significativas entre os níveis de aceitação das orações finitas com e sem concordância, aplicou-se um Teste T para Amostras Emparelhadas conforme tabela 5.

	Orações agramaticais	Orações gramaticais	
	(N = 50)	(N = 50)	
	Média (DP)	Média (DP)	t (49)
Grupo de Estudo	22.7 (21.1)	88.9 (9.9)	20.31***

<sup>\*\*\*</sup>p < .001

Tabela 5. Resultados do Teste T das orações finitas (com e sem concordância)

Os resultados mostram que há diferenças significativas entre os níveis de aceitabilidade das orações infinitivas sem e com concordância: t (49) = 20,31, p<.001.

Assim, nos contextos finitos, ao contrário do que aconteceu com as orações infinitivas, há uma diferença elevada entre os níveis de aceitação das orações com e sem concordância; logo, é legítimo concluir que, se excluirmos o futuro do conjuntivo, esta variação na concordância não ocorre na generalidade dos contextos finitos como acontece no PB e à semelhança de estudos previamente realizados em PE (cf. Mota *et al.*, 2012; Mota & Vieira, 2008; Cardoso, Carrilho & Pereira, 2012).

Perante estes resultados, importa agora analisar a distribuição dos níveis de aceitabilidade das orações finitas agramaticais nos seguintes contextos (cf. gráfico 6): Orações finitas completivas, orações finitas completivas de sujeito, orações finitas finais, orações finitas no futuro do conjuntivo e orações matriz.

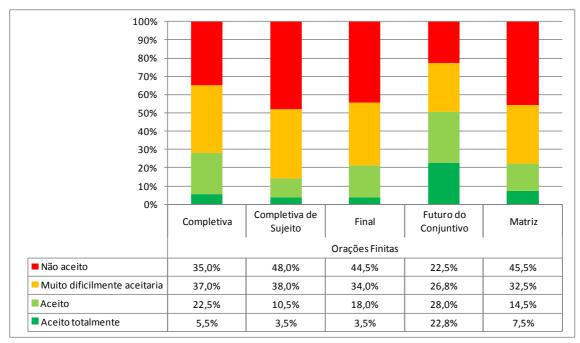


Gráfico 6. Níveis de aceitação das orações finitas agramaticais por contexto

Ao analisar os diferentes contextos apresentados aos participantes, destaca-se o resultado das orações no futuro do conjuntivo, tal como mencionado anteriormente. Eis porque destes contextos, importa destacar o futuro do conjuntivo para efeitos de análise, comparando os seus resultados com o conjunto dos restantes contextos das orações finitas. Os falantes nitidamente não aceitam os restantes contextos sem concordância (as percentagens não ascendem os 28% em nenhum contexto) mas aceitam o futuro do conjuntivo (50,8%, DP=28,4) (cf. # Se nós acabar a ficha, podemos sair mais cedo.). Os resultados relativos a este contexto aproximam-se, assim, dos resultados das orações infinitivas sem concordância (56,2%, DP=20,3), conforme gráfico 1.

Para verificar se haveria diferenças estatísticas significativas entre os níveis de aceitação das orações finitas sem concordância no futuro do conjuntivo e das restantes orações finitas agrupadas, aplicou-se um Teste T para Amostras Emparelhadas conforme tabela 6.

	Orações finitas	Orações finitas no	
	agrupadas	futuro do conjuntivo	
	(N = 50)	(N = 50)	t (49)
	Média (DP)	Média (DP)	
Grupo de Estudo	22.7 (21.1)	50.8 (28.4)	-9.15***

<sup>\*\*\*</sup>p < .001

Tabela 6. Resultados do Teste T das orações finitas sem concordância

Os resultados mostram que há diferenças significativas entre os níveis de aceitabilidade das orações infinitivas sem e com concordância: t (49) = -9,15, p<.001.

O futuro do conjuntivo foi, de facto, atestado em contextos de fala espontânea nesta região e o teste de juízos de gramaticalidade comprova que, tal como nos contextos infinitivos, os falantes omitem os traços da concordância verbal na presença de sujeito lexical o que aproxima este contexto finito dos contextos infinitivos em estudo.

Para verificar se este tipo de concordância não padrão era uma variação regional característica dos falantes da região do Vale do Sousa e do Vale do Ave, aplicou-se o mesmo teste de juízos de gramaticalidade a um grupo de controlo.

# Resultados do grupo de controlo

Os resultados obtidos junto do grupo de controlo foram claros e expressivos, apesar da heterogeneidade do grupo (cf. secção 3.2.1.2) e estão representados no gráfico 7.

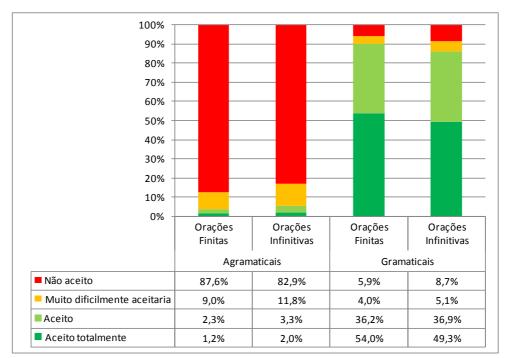


Gráfico 7. Resultados globais do grupo de controlo

As orações sem concordância são terminantemente não aceites, quer se trate de contextos infinitivos (94,7%, DP=16,2) ou de contextos finitos (96,6%, DP=12,6).

Importa destacar que estes falantes rejeitam também as orações sem concordância no futuro do conjuntivo (95,8%, DP=13,8) (cf. gráfico 8).

Relativamente à diferença dos resultados entre as orações com e sem concordância do grupo de controlo, não foram aplicados quaisquer testes de significância devido ao evidente contraste entre os níveis de aceitação das orações.

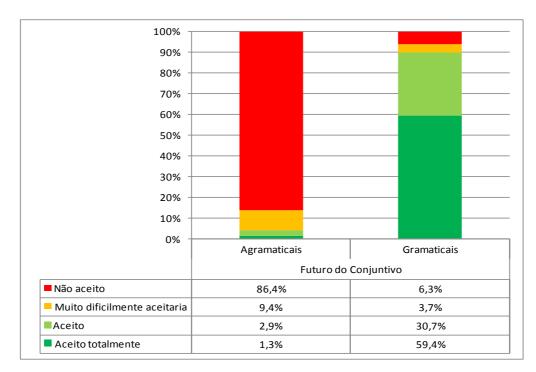


Gráfico 8. Resultados do grupo de controlo no futuro do conjuntivo

Como se pode verificar, os níveis de aceitação das orações sem concordância não ultrapassam os 4,2% (DP=13,8) em contraste com o que acontecia com o grupo em estudo cujos níveis de aceitação, no mesmo contexto, ascendiam aos 50,8% (DP=28,4).

Estes dados permitem concluir que os participantes do grupo de controlo não aceitam as formas finitas e infinitivas sem concordância, ao contrário do grupo em estudo; já os resultados das orações com concordância são aproximados dos recolhidos junto dos falantes da região em apreço. Os resultados da análise comparativa dos dois grupos no futuro do conjuntivo são apresentados a seguir.

## Análise intergrupos

Para uma análise intergrupos dos resultados dos níveis de aceitação das orações finitas no futuro do conjuntivo, optou-se pela realização de um Teste T para Amostras Independentes, com o objetivo de averiguar se as médias dos níveis de aceitação das orações finitas no futuro do conjuntivo diferem significativamente nos dois grupos em comparação

Começou-se por verificar a existência de diferenças significativas entre os níveis de aceitabilidade das orações finitas no futuro do conjuntivo com concordância, conforme tabela 8.

	Grupo de Estudo	Grupo de Controlo	
	(N = 50)	(N=68)	
	Média (DP)	Média (DP)	t (116)
Futuro do Conjuntivo	91.8 (10.9)	90.7 (18.4)	0.57***
gramaticais			

<sup>\*\*\*</sup>p = .08 (n.s.)

Tabela 7. Resultados do Teste T intergrupos (futuro do conjuntivo com concordância)

Os resultados mostram que não há diferenças significativas entre os níveis de aceitabilidade das orações em análise entre os grupos: t(116) = 0,57, p=.08 (n.s.).

No que diz respeito às diferenças entre os níveis de aceitabilidade das orações finitas no futuro do conjuntivo sem concordância, os resultados são apresentados na tabela 9.

	Grupo de Estudo	Grupo de Controlo	
	(N = 50)	(N = 68)	
	Média (DP)	Média (DP)	t (116)
Futuro do Conjuntivo	50.8 (28.4)	4.2 (13.8)	11.77***
agramaticais			

<sup>\*\*\*</sup>p < .001

Tabela 8. Resultados do Teste T intergrupos (futuro do conjuntivo sem concordância)

Os resultados mostram que há uma diferença significativa entre os níveis de aceitabilidade das orações em análise entre os grupos: t(116) = 11,77, p<.001.

Após a aplicação deste teste de juízos de gramaticalidade, seguiu-se o teste de leitura automonitorizada para estudar o comportamento dos participantes do grupo em estudo no processamento das estruturas em foco.

O tratamento dos resultados obtidos provou que há diferenças significativas entre os níveis de aceitação das orações sem concordância entre os dois grupos, o mesmo é dizer que os falantes do grupo em estudo aceitam as estruturas sem concordância, ao contrário dos falantes do grupo de controlo que as rejeitam terminantemente.

#### 3.3.1.2. Teste online: o teste de leitura automonitorizada

No que concerne ao teste de leitura automonitorizada, seria previsível que as estruturas infinitivas sem concordância e as estruturas no futuro do conjuntivo, também sem concordância, fossem processadas em tempos de leitura semelhantes, e que as orações com concordância fossem as lidas mais rapidamente. Assim, esperava-se que o grupo em estudo lesse mais depressa as orações gramaticais e com **tempos** aproximados de leitura i) as formas infinitivas com e sem concordância e ii) as formas finitas sem concordância no futuro do conjuntivo.

Neste teste, os participantes foram confrontados com 120 itens aleatórios, correspondentes às condições em estudo. Num teste de leitura automonitorizada, cada participante é responsável por revelar, a seu ritmo, a frase que vai aparecendo, palavra a palavra, sempre que se premir uma tecla. Após o final de cada frase, os participantes são confrontados com uma pergunta (de resposta sim ou não), que aparece de uma só vez, sobre a frase que acabaram de ler para se aferir a atenção com que liam os itens. Neste teste, para sim, carregavam na tecla "S", para não, premiam a tecla "N". Os participantes foram encorajados a lerem num ritmo natural e a responderem às perguntas da forma mais precisa possível; nunca foram informados de que haveria itens agramaticais no teste.

Para efeitos de análise somente os participantes que responderam acertadamente a mais de dois terços das perguntas foram considerados bem como os participantes cujas médias de tempo de leitura individuais não se afastaram 2.5 desvios padrão 19 da média global dos participantes, o que significa que nenhum participante foi excluído. Apresentar-se-ão os tempos médios de leitura por caracter uma vez que, como este estudo analisa a concordância, os segmentos em análise têm, inerentemente, extensões distintas.

A tabela 9 apresenta os tempos médios de leitura por caracter em cada uma das condições do estudo, excetuando, tal como no teste de juízos de gramaticalidade, para já, o contexto do futuro do conjuntivo. Os dados apresentados correspondem à média dos tempos de leitura por caracter de todos os participantes<sup>20</sup> nos segmentos críticos. Por segmentos críticos, entenda-se os verbos em estudo e respetiva posição na frase.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> De acordo com Wagers, Lau e Phillips (2009), "2.5 standard deviations".

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> No presente trabalho, sempre que se falar em tempo de leitura, este deverá entendido como tempo de leitura por caracter pelas razões já explicitadas.

Condições	Média de tempo de leitura por caracter (ms)
Orações Gramaticais (com concordância)	62,92
Finitas	59,85
Infinitivas	65,48
Orações Agramaticais (sem concordância)	85,11
Finitas	71,20
Infinitivas	96,70
Total	74,02

Tabela 9. Resultados globais do teste de leitura automonitorizada

Nesta análise preliminar, pode verificar-se que, em média, tal como esperado, os participantes leram mais depressa as orações com concordância.

Para verificar se haveria diferenças estatísticas significativas entre os tempos médios de leitura das orações com e sem concordância (agrupando finitas e infinitivas) aplicou-se um Teste T para Amostras Emparelhadas conforme tabela 10.

	Orações com concordância	Orações sem concordância	
	(N = 50)	(N = 50)	t (45)
	Média (DP)	Média (DP)	
Grupo de Estudo	62.9 (15.3)	85.1 (19.4)	-22.82***

<sup>\*\*\*</sup>p < .001

Tabela 10. Resultados do Teste T do teste de leitura automonitorizada (orações com e sem concordância)

Os resultados mostram que há diferenças significativas entre os tempos médios de leitura das orações com e sem concordância: t (45) = -22,82, p<.001.

Relativamente às orações sem concordância, esperava-se que lessem as finitas mais lentamente visto que o futuro do conjuntivo não está representado, o que não aconteceu.

Contrariamente também às predições, o tempo médio de leitura das orações infinitivas sem concordância não se equipara ao das orações infinitivas com concordância. Analisar-se-á, de seguida (tabela 10) os tempos de leitura das orações finitas no futuro do conjuntivo.

Condições	Média de tempo de leitura por caracter (ms)
Orações Gramaticais (com concordância)	73,27
Finitas no Futuro do Conjuntivo	73,27
Orações Agramaticais (sem concordância)	106,85
Finitas no Futuro do Conjuntivo	106,85
Total	90,06

Tabela 11. Resultados do Futuro do Conjuntivo no teste de leitura automonitorizada

Quando comparado com as restantes orações finitas com concordância (cf. tabela 9), o futuro do conjuntivo apresenta, de um modo geral, tempos de leitura mais elevados. Até mesmo as orações com concordância apresentam tempos mais elevados do que todas as outras orações finitas sem concordância agrupadas.

Importa destacar que estes tempos de leitura aproximam o futuro do conjuntivo das orações infinitivas com concordância, o que, mais uma vez, é uma evidência da equiparação destas orações às orações infinitivas.

Quando comparamos os resultados das orações sem concordância tanto no futuro do conjuntivo como nas orações infinitivas, verifica-se o seguinte: os tempos médios de leitura também são bastante aproximados, conforme a tabela 12.

Orações sem concordância	Média de tempo de leitura por caracter (ms)
Finitas no Futuro do conjuntivo	106,85
Infinitivas	96,70
Total	101,78

Tabela 12. Resultados do Futuro do Conjuntivo e das orações infinitivas no teste de leitura automonitorizada

Daqui resulta que parece haver, de facto, novas evidências acerca da semelhança entre as estruturas infinitivas e as estruturas no futuro do conjuntivo tal como havia sido previsto. Este resultado vai ao encontro das conclusões da primeira bateria de testes.

Para verificar se haveria diferenças estatísticas significativas entre os tempos médios de leitura das orações sem concordância infinitivas e no futuro do conjuntivo aplicou-se um Teste T para Amostras Emparelhadas conforme a tabela 13.

	Futuro do Conjuntivo	Infinitivas	
	(N=50)	(N = 50)	
	Média (DP)	Média (DP)	t (45)
Grupo de Estudo	106.9 (28.9)	96.7 (21.1)	5.59***

<sup>\*\*\*</sup>p < .001

Tabela 13. Resultados do Teste T do teste de leitura automonitorizada (infinitivas e futuro do conjuntivo sem concordância)

Os resultados mostram que há diferenças significativas entre os tempos médios de leitura das orações sem concordância no infinitivo e no futuro do conjuntivo: t (45) = 5,59, p<.001.

Daqui resulta que, embora estatisticamente a diferença seja significativa, em termos quantitativos estes são os valores mais próximos comparando os tempos médios de leitura de todas as condições. Este teste estatístico prova que o futuro do conjuntivo implica maiores custos de processamento.

Para confirmar se a diferença entre as orações com concordância (finitas e infinitivas) e as orações no futuro do conjuntivo sem concordância era significativa aplicou-se um Teste T para Amostras Emparelhadas conforme tabela 14.

	Orações com concordância	Futuro do Conjuntivo sem concordância	t (45)
	(N = 50)	(N = 50)	
	Média (DP)	Média (DP)	
Grupo de Estudo	62.9 (15.3)	106.9 (28.9)	17.99***

<sup>\*\*\*</sup>p < .001

Tabela 14. Resultados do Teste T do teste de leitura automonitorizada (orações com concordância e futuro do conjuntivo sem concordância)

Os resultados mostram que há diferenças significativas entre os tempos médios de leitura das orações com concordância e as orações sem concordância no futuro do conjuntivo: t (45) = 17,99, p<.001.

Importava verificar se a diferença entre as orações com concordância (finitas e infinitivas) e as infinitivas sem concordância era significativa, para isso aplicou-se um Teste T para Amostras Emparelhadas conforme tabela 15.

	Orações com	Infinitivas sem	
	concordância	concordância	
	(N = 50)	(N = 50)	t (45)
	Média (DP)	Média (DP)	
Grupo de Estudo	62.9 (15.3)	96.7 (21.1)	-27.40***

<sup>\*\*\*</sup>p < .001

Tabela 15. Resultados do Teste T do teste de leitura automonitorizada (orações com concordância e infinitivas sem concordância)

Os resultados mostram que há diferenças significativas entre os tempos médios de leitura das orações com concordância (finitas e infinitivas) e as orações infinitivas sem concordância: t (45) = -27,40, p<.001.

Após a análise dos dados resultantes deste teste, constatou-se que, tal como previsto, por não apresentarem custos de processamento, os participantes leem mais depressa as orações gramaticais. As orações infinitivas e as orações no futuro do conjuntivo apresentam tempos de leitura aproximados.

Note-se ainda que as orações no futuro do conjuntivo são aquelas que revelam mais custos de processamento (seja com ou sem concordância) e não se aproximam da média dos tempos de leitura das restantes orações finitas.

Apesar de estes dados comprovarem a existência de afinidade entre o futuro do conjuntivo e a forma infinitiva, os resultados do teste de leitura automonitorizada apresentam, nitidamente, um problema que poderá comprometer a sua leitura: se, de facto, as estruturas sem custos de processamento para os falantes são aquelas que apresentam tempos médios de leitura mais baixos, como explicar que as orações finitas sem concordância sejam de mais rápida leitura do que as orações gramaticais no futuro do conjuntivo?

Após analisar exaustivamente os resultados e após verificar o que acontece com as orações com concordância no futuro do conjuntivo, poder-se-á colocar a hipótese de que o futuro do conjuntivo e as orações infinitivas exigem mais dos falantes ao nível do processamento por terem variantes coocorrentes. Por outro lado, as orações finitas sem concordância implicariam menos custos de processamento precisamente por serem estruturas tão obviamente marginais.

Uma outra hipótese de explicação destes resultados relaciona-se com o desenho do teste e foi ponderada após a constatação de uma tendência generalizada, apresentada no gráfico 9: quanto mais extensa for a palavra, menor é o tempo de leitura por caracter.

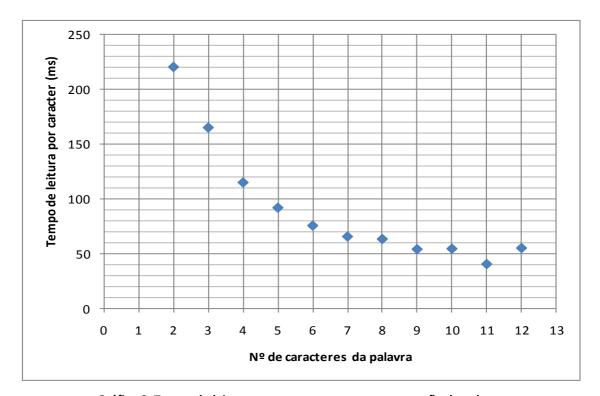


Gráfico 9. Tempo de leitura por caracter consoante a extensão da palavra

Apesar de se ter previsto, aquando do desenho do teste, a necessidade de trabalhar os resultados sempre em função do tempo médio de leitura por caracter, por imposição do próprio objeto de estudo, esta tendência dos participantes, descoberta aquando do tratamento dos dados, não foi acautelada no desenho do teste, o que pode ter contribuído para algum hipotético enviesamento dos resultados uma vez que não se distribuiu exatamente o mesmo número de caracteres por condição.

Assim, a predição de que o grupo em estudo lesse mais depressa as orações com concordância foi confirmada. A hipótese de que as formas infinitivas sem concordância e as formas finitas sem concordância no futuro do conjuntivo teriam tempos aproximados de leitura foi confirmada também.

Contudo, a hipótese de as orações infinitivas com concordância apresentarem tempos de leitura aproximados dos das orações infinitivas sem concordância foi infirmada.

Para além destes resultados, surgiu um inesperado: as orações finitas sem concordância parecem apresentar menos custos de processamento do que as

correspondentes infinitivas e do que as orações finitas com concordância no futuro do conjuntivo. Não obstante isto, considera-se que a aproximação dos tempos de leitura das orações no futuro do conjuntivo dos tempos de leitura das orações infinitivas é um forte argumento em favor da validade do teste e do estudo desenvolvido. Depois de recolhidas, nesta Fase I, evidências que comprovam, logo à partida, a validade do objeto em estudo, avançou-se para uma segunda, e bem mais restrita, fase experimental.

#### 3.3.2. Fase II

Com o intuito de determinar se a omissão afeta todas as pessoas da concordância verbal do mesmo modo, e uma vez que não se havia incluído todas as pessoas no teste anterior, foi aplicado novo teste de juízos de gramaticalidade ao mesmo grupo de estudo constituído pelos 50 falantes da região nortenha em análise. Optou-se pela segunda pessoa do singular e não pela segunda do plural por duas razões: 1. a forma "vós" está a cair em desuso junto dos falantes mais jovens, sendo substituída pela terceira pessoa do plural "vocês" e 2. os falantes que ainda usam esta forma utilizam formas irregulares como "indes", "comendes", "andandes", entre outras, pelo que esta variável introduziria demasiado ruído aquando da realização do teste e da análise dos resultados.

# 3.3.2.1. Teste de juízos de gramaticalidade - 2S, 1P, 3P

Neste segundo teste, foram, assim, acrescentados contextos com a segunda pessoa do singular, como '#Este livro é para tu ler.'. A predição era que, se a neutralização afetasse o traço [Pessoa], a omissão de concordância de segunda pessoa do singular deveria exibir índices de aceitabilidade comparáveis aos verificados com a omissão das formas do plural.

Mantiveram-se todas as condições infinitivas mas somente as finitas no futuro do conjuntivo do primeiro teste (cf. tabela 16), pois haviam comprovado a hipótese em estudo, e foram eliminadas as condições que se considerou serem, nesta fase da investigação, menos pertinentes.

Condições	Contextos
	Finais (2S, 1P e 3P)
Orações infinitivas com concordância	Completivas de objeto (2S, 1P e 3P)
	Completivas de sujeito (2S, 1P e 3P)
	Finais (2S, 1P e 3P)
Orações infinitivas sem concordância	Completivas de objeto (2S, 1P e 3P)
	Completivas de sujeito (2S, 1P e 3P)
Orações finitas com concordância	Futuro do conjuntivo (2S, 1P e 3P)
Orações finitas sem concordância	Futuro do conjuntivo (2S, 1P e 3P)

Tabela 16. Condições do teste da Fase II

No gráfico 10, apresenta-se os expressivos resultados deste segundo teste de juízos de gramaticalidade no que concerne às orações infinitivas e às orações finitas no futuro do conjuntivo com omissão de morfologia de concordância de 2S e de 1P e 3P. Recorde-se que neste gráfico estão representados os níveis de aceitação das orações **sem concordância:** finitas no futuro do conjuntivo e orações infinitivas.

Mais uma vez se pode constatar que os falantes do grupo em estudo aceitam as formas de 1P e 3P sem concordância no futuro do conjuntivo (53,0%, DP=35,2), mostrando, também neste contexto, baixos níveis de aceitação nas orações sem concordância (9,0%, DP=21,9). Os níveis de aceitação das orações infinitivas sem concordância relativos às 1P e 3P são, novamente, elevados (63,6%, DP=28,6). Relativamente às orações com a 2S os falantes apresentam uma média de aceitabilidade de 16,8%, com o DP de 23,7.

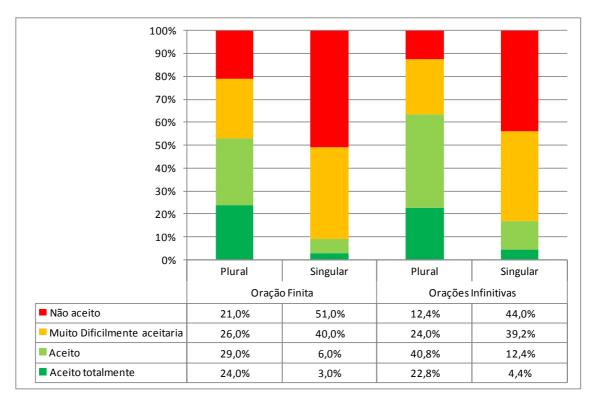


Gráfico 10. Resultados da Fase II - orações sem concordância

Nesta fase, importava verificar se haveria diferenças estatísticas significativas entre os níveis de aceitação das orações finitas no futuro do conjuntivo (2S e 1/3P) e das orações infinitivas (2S e 1/3P), somente nas orações sem concordância, para isso aplicou-se um Teste T para Amostras Emparelhadas.

Começou-se por comparar as orações finitas sem concordância no futuro do conjuntivo conforme a tabela 17.

	Futuro do Conjuntivo	Futuro do	
	<b>2</b> S	Conjuntivo 1/3P	
	(N = 50)	(N = 50)	t (49)
	Média (DP)	Média (DP)	
Grupo de Estudo	9.0 (21.9)	53.0 (35.2)	8.58***

<sup>\*\*\*</sup>p < .001

Tabela 17. Resultados do Teste T do futuro do conjuntivo sem concordância

Os resultados mostram que há uma diferença significativa entre os níveis de aceitação das pessoas da concordância em orações no futuro do conjuntivo sem concordância: t(49) = 8,58, p<.001.

Posteriormente, comparou-se as orações infinitivas sem concordância conforme a tabela 18.

	Orações infinitivas 2S	Orações infinitivas 1/3P	
	(N = 50)	(N = 50)	
	Média (DP)	Média (DP)	t (49)
Grupo de Estudo	16.8 (23.7)	63.6 (28.6)	10.81***

<sup>\*\*\*</sup>p < .001

Tabela 18. Resultados do Teste T das orações infinitivas sem concordância

Os resultados mostram que há uma diferença significativa entre os níveis de aceitação das pessoas da concordância em orações infinitivas sem concordância: t (49) = 10,81, p<.001. Estes resultados comprovam que os falantes não reconhecem as estruturas com a segunda pessoa como fazendo parte da sua gramática, resultando daqui uma conclusão evidente: a segunda pessoa do singular não é afetada pela neutralização nas orações infinitivas, o mesmo acontece com as orações finitas sem concordância no futuro do conjuntivo.

Sintetizando o resultado destas duas primeiras fases, o fenómeno de concordância variável em discussão possui as seguintes propriedades distintivas: 1. não afeta a segunda pessoa do singular; 2. não ocorre apenas com as formas infinitivas dado que abrange o futuro do conjuntivo.

#### **3.3.3.** Fase III

De acordo com Rodrigues (2004), uma das causas do cancelamento da concordância na presença de um sujeito expresso é o facto de a informação ser redundante: os falantes não repetem os morfemas de concordância quando se trata de orações coordenadas ou subordinadas com sujeito expresso. Se este princípio se aplicar aos falantes em estudo nesta investigação, seria previsível que, em orações com sujeito nulo, não expresso, os falantes i) **aceitassem** as formas finitas no futuro do conjuntivo com concordância, e as orações finitas matriz com concordância; **rejeitassem** a) as formas finitas no futuro do conjuntivo sem concordância e b) as orações finitas matriz sem concordância. Este último teste de juízos de gramaticalidade, visa testar estas predições, centrando-se assim em construções com sujeito nulo. Criaram-se somente

contextos no futuro do conjuntivo dado que as orações infinitivas sem flexão de concordância podem se facilmente analisadas como construções de controlo, com um sujeito nulo PRO. No caso do futuro do conjuntivo, tal hipótese de análise está excluída. Transcreve-se aqui um exemplo-tipo: '# Nós queremos sair mais cedo. Se acabar a ficha, podemos ir?'

As condições deste terceiro teste de juízos de gramaticalidade são apresentadas na tabela 19.

# 3.3.3.1. Teste de juízos de gramaticalidade – Futuro do conjuntivo em estruturas de sujeito nulo

Este teste foi aplicado aos mesmos 50 falantes que participaram nos testes anteriores e foi aplicado com a mesma metodologia.

Condições	Contextos
Orações finitas com concordância (Sujeito	Futuro do conjuntivo (1P e 3P)
nulo)	Matriz (1P e 3P)
Orações finitas sem concordância (Sujeito	Futuro do conjuntivo (1P e 3P)
nulo)	Matriz (1P e 3P)

Tabela 19. Condições do teste da Fase III

No seguimento do trabalho anterior e da proposta de Rodrigues (2004), importava atestar, em estruturas sem sujeito expresso e no futuro do conjuntivo, se os falantes continuam a aceitar as formas sem concordância ou se, aquando da omissão do sujeito, rejeitam as estruturas sem concordância.

No que concerne aos resultados das orações matriz, estes foram os previstos: os participantes aceitaram as estruturas com concordância (93,5%, DP=14,9) e rejeitaram as estruturas sem concordância com apenas 12,5% (DP=20,9) de aceitação. Os resultados do futuro do conjuntivo no teste de juízos de gramaticalidade da Fase III são apresentados no gráfico 11.

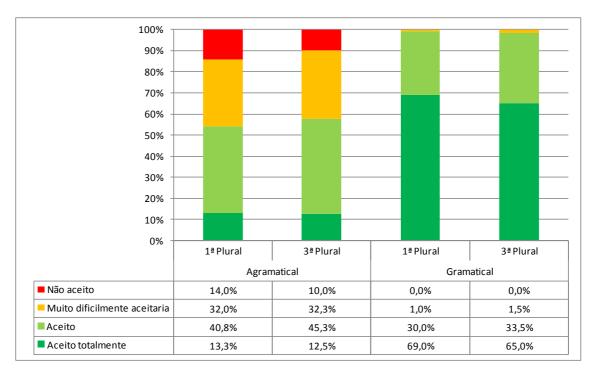


Gráfico 11. Resultados do teste da Fase III no futuro do conjuntivo

Em contexto de sujeito não expresso, os participantes aceitam inequivocamente as estruturas com concordância, independentemente da pessoa do plural que é omitida (99,0% na1P e 98,5% na 3P), a média conjunta das duas pessoas é de 98,8%, com um DP de 3.1.

Os falantes exibem também elevados níveis de aceitação nas estruturas sem concordância (54,1% na1P e 57,8% na 3P), o que resulta numa média conjunta de 55,9%, com um DP de 26,6. Em face destes resultados, conclui-se que os dados não vão ao encontro da predição inicial baseada em Rodrigues (2004).

Para aferir se haveria diferenças estatisticamente significativas entre as formas com e sem concordância em contexto de sujeito nulo, agrupou-se as pessoas e aplicou-se um Teste T para Amostras Emparelhadas, conforme a tabela 20.

	Futuro do conjuntivo	Futuro do conjuntivo	
	sem concordância	com concordância	
	(N = 50)	(N = 50)	t (49)
	Média (DP)	Média (DP)	
Grupo de Estudo	55.9 (26.6)	99,0 (3.1)	11.05***

<sup>\*\*\*</sup>p < .001

Tabela 20. Resultados do Teste T em contextos de sujeito nulo

Os resultados mostram que há uma diferença significativa entre os níveis de aceitação das orações com e sem concordância em estruturas de sujeito nulo: t (49) = 11,05, p<.001.

Os resultados desta Fase III são particularmente interessantes quando comparados com as mesmas estruturas, mas com sujeito expresso, da Fase I. Quando comparados os dados, pode verificar-se uma grande paridade nos níveis de aceitação (cf. tabela 21), o que é um forte indicador de que a regra da concordância é também variável nestes contextos, para os falantes desta região.

Condições	Resultados
Orações com concordância no futuro do conjuntivo	
Sujeito expresso	91,8%
Sujeito nulo	98,8%
Orações sem concordância no futuro do conjuntivo	
Sujeito expresso	50,8%
Sujeito nulo	55,9%

Tabela 21. Futuro do conjuntivo em contextos de sujeito expresso e de sujeito nulo

Toda esta bateria de testes foi aplicada numa perspetiva complementar e evolutiva tendo em consideração as necessidades da investigação à luz dos dados recolhidos junto dos falantes. A primeira fase foi decisiva para determinar a validade das predições que, depois de confirmadas pelo teste de juízos de gramaticalidade e pelo teste de leitura automonitorizada, fizeram emergir todo um conjunto de novas questões para as quais se procurou obter resposta.

Cada um destes testes fez parte um processo contínuo de análise e reanálise dos dados recolhidos. Neste ponto, podemos estabelecer algumas constatações:

- i) a regra de aplicação da concordância verbal é, nesta região, variável em orações infinitivas e no futuro do conjuntivo;
- ii) não há omissão da flexão de concordância na segunda pessoa do singular
- iii) em contextos de sujeito nulo, os falantes apresentam níveis de aceitação em tudo semelhantes aos dos contextos com sujeito expresso.
- (ii) sugere que o traço de [Pessoa] é preservado. Dado que os falantes admitem a omissão da concordância com as formas do plural e a rejeitam na segunda pessoa do

singular, coloca-se a hipótese de o traço afetado não ser o traço de [Pessoa], mas sim o de [Número]. Esta hipótese é reforçada pela constatação em (iii). Tem sido frequentemente sugerido que a visibilidade do traço de [Pessoa] é fundamental na legitimação do sujeito nulo em línguas de sujeito nulo com flexão rica. Como os falantes admitem a omissão da concordância em construções de sujeito nulo, é razoável colocar a hipótese de que o traço afetado é [Número] e não [Pessoa]. No capítulo seguinte, apresentar-se-á uma proposta de análise que explora esta hipótese de trabalho.

# Capítulo IV. Discussão dos resultados

Neste capítulo, recapitular-se-á as principais conclusões resultantes da aplicação dos testes aos falantes e, posteriormente, partir-se-á a para discussão e explicação dos resultados obtidos. Ao longo deste capítulo, adotar-se-á, tal como referido anteriormente, o modelo da Morfologia Distribuída tal como apresentado em Embick e Noyer (2007). As propostas de Bassani e Lunguinho (2011) e de Nevins e Parrott (2009) revestem-se também de especial importância pelo que serão a pedra basilar da proposta apresentada na presente dissertação.

# 4.1. Olhando para os dados: principais conclusões

Antes de se proceder à apresentação de uma hipótese de explicação do fenómeno em apreço, recapitule-se as conclusões apresentadas no final do capítulo anterior. Os resultados da bateria de testes aplicada aos participantes permitiram concluir que i) a regra de aplicação da concordância verbal é, nesta região, variável não só em orações infinitivas como em orações finitas no futuro do conjuntivo; ii) a segunda pessoa do singular não admite variação, e iv) os contextos de sujeito nulo em que a concordância é omitida apresentam níveis de aceitação em tudo semelhantes aos dos contextos equivalentes com sujeito expresso.

A conclusão apresentada em (i) sugere que a abordagem proposta terá de ser necessariamente uma abordagem morfossintática e não somente sintática já que o fenómeno em causa não se limita às orações infinitivas e abrange também o futuro do conjuntivo,

A conclusão (ii) revela que o cancelamento da concordância afeta apenas os morfemas positivamente especificados para o traço de Número, o que sugere que é esse traço que está em causa e não o traço de Pessoa. Tal hipótese está em consonância com a conclusão (iii), dado que o traço de Pessoa é fundamental na identificação do sujeito em contextos de sujeito não expresso.

Por tudo isto, considera-se que o modelo da MD é o que mais se adequa à formulação dos mecanismos responsáveis pela regra variável em causa. Por conseguinte, torna-se necessário fazer um breve excurso sobre a morfologia flexional em português no quadro do modelo da MD.

#### 4.2. Olhando para os dados: a análise

Neste subcapítulo apresentar-se-á a proposta de Bassani e Lunguinho (2011) por ser, tanto quanto se sabe, a única proposta de aplicação dos princípios da MD à flexão verbal do português (cf. secção 4.2.1.). Posteriormente (cf. secção 4.2.2.), apresentar-se-á, com base nesta proposta, uma explicação para o fenómeno em apreço neste estudo, seguindo, para isso, uma sugestão da orientadora da presente dissertação, a Doutora Pilar Barbosa.

#### 4.2.1. A flexão verbal em português e a MD: Bassani e Lunguinho (2011)

Bassani e Lunguinho (2011) desenvolvem uma análise da flexão verbal em PB à luz da MD, tendo como ponto de partida as análises clássicas do paradigma flexional de Câmara Jr (1970) e de Pontes (1972). Nesse artigo, os autores analisam três tempos verbais do modo indicativo: o presente, o pretérito imperfeito e o pretérito perfeito.

Segundo a análise destes investigadores, a flexão verbal resulta da combinação de núcleos sintáticos sujeita a restrições de localidade. A sintaxe gera uma representação que obtida a partir da combinação de uma raiz verbal ( $\sqrt{}$ ), um núcleo categorial verbal ( $\sqrt{}$ ) e um núcleo de Tempo (T).

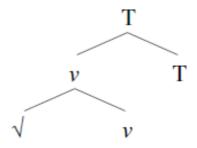


Figura 4. Estrutura sintática básica da flexão verbal em português

Estes são os núcleos sintáticos que irão abrigar os traços abstratos e receber os itens do Vocabulário. A raiz recebe material fonológico compatível com o conceito que veicula. O núcleo v contém traços semânticos como CAUSA ou INCOATIVIDADE e pode, ele próprio, ser complexo. O núcleo de Tempo recebe os traços temporais [presente], [passado], [futuro].

Os traços de classe definidos pela raiz são realizados pelas vogais (ou índices) temáticas do português –a, -e, -i (representadas por *Th*, do inglês, *theme vowel*) e são tratados como parte do sistema flexional. Assim, o morfema que abrigará a vogal temática realizada fonologicamente é inserido no nível pós-sintático como um requerimento do componente morfológico.

Conforme proposto em Embick e Noyer (2007), também o núcleo de concordância (AGR) é inserido no nível pós-sintático. Este inclui os traços de pessoa e número. Para Embick e Noyer (2007), os núcleos de concordância, são morfemas dissociados, "...isto é, um tipo de "morfologia ornamental", inserida como resultado da operação *Agree* entre os traços de T e os do sujeito sintático." (Bassani & Lunguinho, 2011: 208).

Integrando o morfema de concordância e a vogal temática a representação da estrutura do verbo na componente morfológica é a representada na figura 5.

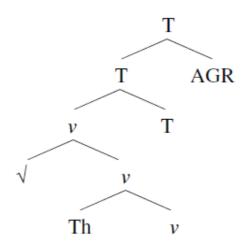


Figura 5. Estrutura morfológica do verbo português (Bassani & Lunguinho, 2011:208)

É com base nesta estrutura que os autores analisam a flexão verbal do presente, pretérito perfeito e pretérito imperfeito do português e definem os Itens de Vocabulário que realizam os traços morfossintáticos da flexão verbal. Para um melhor entendimento da proposta destes autores, importa elencar, à semelhança do que eles fizeram, os Itens de Vocabulário, entendendo-se que "As abreviaturas usadas são as seguintes: c1/2/3 = classe 1, 2, 3; 1 = 1ª pessoa; sg = singular; pl = plural; pres = presente; pret.imp = pretérito imperfeito; pret.perf = pretérito perfeito. (Bassani & Lunguinho, 2011: 209).

```
/a/_[c1]
/e/_[c2]
/i/_[c3]
/va/_[pret.imp] / [c1]15
/ia/_[pret.imp] / [c2] ou [c3]
/u/_[pret.perf, sg]
/ran/_[pret.perf, pl]
/o/_[pres, 1, sg]
/i/_[1, sg]
/mos/_[1, pl]
```

No presente trabalho, far-se-á uma análise mais exaustiva da proposta destes autores para o presente de modo a exemplificar as operações e os processos que serão posteriormente adotados na nossa proposta de explicação do fenómeno em apreço.

Para o presente, Bassani e Lunguinho (2011) sugerem, de acordo com a MD e contrariamente às propostas tradicionais, que há todo um conjunto de processos na componente morfológica que altera os morfemas abstratos iniciais oriundos da sintaxe e que uma operação de Fusão agrupa traços ou nós terminais para serem realizados fonologicamente por um único Item de Vocabulário, como se pode ver na figura 6 (à esquerda, o verbo antes da Fusão; à direita, o verbo depois da Fusão).

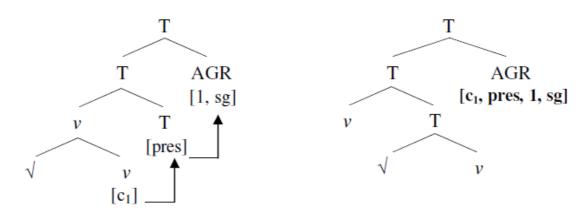


Figura 6. Verbo no Presente antes e depois da Fusão na 15 (Bassani & Lunguinho, 2011: 210)

Embora exemplifique a primeira pessoa do singular, esta estrutura implica que, nas pessoas do singular no presente, nas três conjugações, haja uma Fusão dos traços

dos núcleos v, T e AGR que resulta numa formação pós-sintática de um único nó terminal e, uma vez que há um só nó, dá-se a inserção de um só traço fonológico que realiza todas as informações desse nó. A localidade não permite que haja Fusão entre os traços de v e de AGR por não serem nós adjacentes. Após a Fusão na componente morfológica, o verbo segue para a Inserção Vocabular. Neste contexto, os Itens de Vocabulário que são elegíveis para inserção em [c<sub>1</sub>, pres, 1, sg] são os seguintes:

(27) Competição para inserção no nó [c<sub>1</sub>, pres, 1, sg]

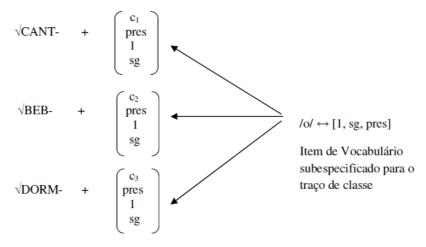
a.  $/a/_[c_1]$ 

b. /o/ \_ [1, sg, pres]

c.  $/i/_[1, sg]$ 

Dos Itens de Vocabulário apresentados, o vencedor é o indicado em (27b), por ser o Item de Vocabulário mais especificado e, por isso, mais compatível com o nó terminal, do que resultam as formas: "eu canto, eu bebo, eu durmo." (Bassani & Lunguinho, 2011:212). Visto que se dá a Fusão entre o traço de classe e o nó terminal complexo final, o Item de Vocabulário que realiza somente esse traço (o item /a/) não é inserido. Eis por que se dá a neutralização do traço de classe. Independentemente do que a raiz determinar relativamente à classe, o mesmo Item de Vocabulário é inserido por haver especificação de primeira pessoa do singular:

Competição para inserção no nó  $[c_{1/2/3}, pres, 1, sg]^{16}$ 



Eu canto, bebo, durmo

Figura 7. Competição para Inserção de Item de Vocabulário 1S (Bassani & Lunguinho, 2011:212)

Para as segunda e terceira pessoas do singular, o nó terminal resultante da sintaxe já contém as especificações [c<sub>1/2/3</sub>, pres, 2/3, sg] e os Itens de Vocabulário que competiam para inserção na primeira pessoa já não competem para inserção neste nó por terem um traço em conflito: o traço de pessoa [1], como se pode ver no exemplo (28), também retirado de Bassani e Lunguinho (2011):

(28) Competição para inserção no nó  $[c_{1/2/3}, pres, 2/3, sg]$ 

- a.  $\langle a \rangle \leftrightarrow [c1]$
- b.  $/e/\leftrightarrow [c2]$
- c.  $/i/\leftrightarrow [c3]$
- d.  $\langle o/\leftrightarrow [1, sg, pres]$
- e.  $/i/ \leftrightarrow [1, sg]$

O único Item de Vocabulário compatível com o nó terminal [ $c_{1/2/3}$ , pres, 2/3, sg] será aquele que especificar o traço de classe.

Quanto às pessoas do plural, dá-se a Fusão somente entre dois núcleos sintáticos, pois realizam-se dois expoentes fonológicos: um com o traço de classe e outro com os traços T e AGR. A figura 8 apresenta a derivação da primeira pessoa do plural do presente do indicativo.

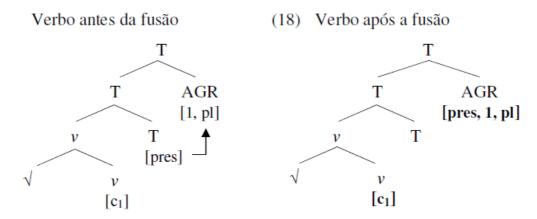


Figura 8. Verbo no presente antes e depois da Fusão na 1P (Bassani & Lunguinho, 2011:213)

Como a figura 8 ilustra, há dois nós terminais que se formam para receberem informação fonológica. O primeiro nó  $[c_{1/2/3}]$  receberá os Itens de Vocabulário /a/ $\leftrightarrow$ [c<sub>1</sub>], /e/ $\leftrightarrow$ [c<sub>2</sub>] ou /i/ $\leftrightarrow$ [c<sub>3</sub>]. Os Itens de Vocabulário competirão para inserção no segundo nó.

Assim, para inserção no nó [pres, 1, pl] competem os Itens de Vocabulário apresentados na figura 9, conforme Bassani e Lunguinho (2011), sendo que o item /mos/, por ser o mais especificado, é o inserido.

Competição para inserção no nó [pres, 1, pl]

a. 
$$/\text{mos}/ \leftrightarrow [1, \text{pl}]$$
  
b.  $/\text{N}/ \leftrightarrow [\text{pl}]$   

$$\sqrt{\text{CANT-}} + [c_1], \leftarrow /a/ \leftrightarrow [c_1]$$

$$\sqrt{\text{BEB-}} + [c_2], \leftarrow /e/ \leftrightarrow [c_2] + \begin{pmatrix} \text{pres} \\ 1 \\ \text{pl} \end{pmatrix} \leftarrow /\text{mos}/ \leftrightarrow [1, \text{pl}]$$

$$\sqrt{\text{DORM-}} + [c_3], \leftarrow /i/ \leftrightarrow [c_3]$$

Nós cantamos, bebemos, dormimos

Figura 9. Competição para Inserção de Item de Vocabulário 1P (Bassani & Lunguinho, 2011:214)

Após analisarem também as segunda e terceira pessoas do plural, também no presente do modo indicativo, Bassani e Lunguinho (2011) concluem, sobre este tempo verbal o seguinte:

"Primeiramente, nossa análise consegue evitar a proliferação de morfemas zero e, ao mesmo tempo, captar a ideia de que o presente é o tempo menos marcado, em oposição ao passado e ao futuro. Segundo nossa análise em termos de traços abstratos, isso se segue naturalmente se observamos que o traço [presente] é sempre subespecificado nos Itens de Vocabulário que preenchem os nós terminais. A interpretação desse traço não decorre de sua realização fonológica, mas de sua ocorrência na sintaxe.

Além disso, parece que, no presente, o traço relevante para realização fonológica é o traço de número. O singular ativa fusão e o plural se realiza sempre por uma peça fonológica (/mos/ ou /N/). Esse fato pode ser usado como questionamento da ideia tradicional de amálgama entre os traços de pessoa e número, em que nenhum dos dois atuaria separadamente."

Bassani & Lunguinho, 2011: 214

Relativamente ao pretérito imperfeito, os autores sugerem que há uma alomorfia condicionada à classe da raiz e apresentam as seguintes estruturas (cf. figura 10) antes e depois da Fusão, à esquerda e à direita, respetivamente.

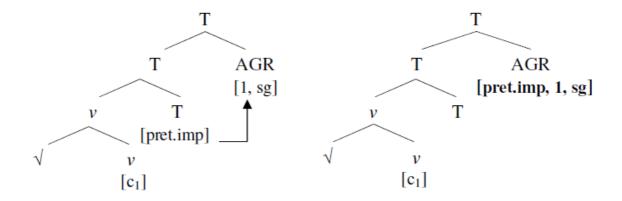


Figura 10. Verbo no Pretérito Imperfeito antes e depois da Fusão (Bassani & Lunguinho, 2011: 216)

Daqui decorre que, para a primeira pessoa, o nó terminal [pret. Imp, 1, sg] tem como candidato o Item de Vocabulário /i/, o que resultaria em *cantavai*. Contudo, tal não acontece devido à aplicação de uma regra de Empobrecimento que "...apaga traços morfossintáticos nos nós terminais antes da inserção dos Itens de Vocabulário, a fim de que itens menos especificados possam ganhar a competição e ser inseridos e/ou a fim de que determinados Itens de Vocabulário sejam descartados da competição." (Bassani & Lunguinho, 2011: 216).

Neste caso em concreto,"... o empobrecimento atua sobre o traço de pessoa, impedindo a inserção de /i/  $\_$  [1, sg] e forçando a inserção de um Item de Vocabulário menos especificado, no caso, /va/  $\_$  [pret.imp] / [c<sub>1</sub>]." (Bassani & Lunguinho, 2011: 216).

Após uma análise das outras classes e das três pessoas do plural, os autores concluem que, no pretérito imperfeito, tal como no presente, o traço de classe influencia a realização do morfema de tempo, determinando uma alomorfia gramaticalmente condicionada. Concluem ainda que o traço de tempo tem prioridade sobre o traço de classe e sugerem, para o português, a hierarquia: [tempo] → [classe], isto é, quando em competição, o traço tempo tem prioridade de inserção e é nesse momento que atua o Empobrecimento no traço de pessoa no singular.

Uma vez introduzidos os fundamentos da análise de Bassani e Lunguinho, 2011 para o PB, passamos à apresentação da nossa análise da morfologia verbal do infinitivo flexionado e do futuro do conjuntivo em PE. Vamos restringir a nossa análise aos verbos regulares.

## 4.2.2. A nossa proposta

À luz da MD e da proposta de Bassani e Lunguinho (2011) assumir-se-á que a sintaxe gera uma representação que resulta da combinação de uma raiz verbal  $(\sqrt)$ , um núcleo categorial verbal (v) e um núcleo de Tempo (T). Distanciando-nos de Embick e Noyer (2007), assumir-se-á que, no PE, uma língua de sujeito nulo, T se combina com um núcleo de concordância na sintaxe, gerando assim a seguinte representação:

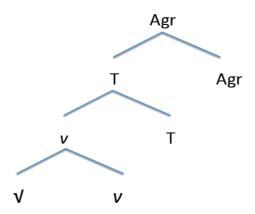


Figura 11. Sintaxe da flexão verbal

Os traços de classe são introduzidos na componente morfológica mediante a inserção de um morfema (*Th*) que irá alojar a vogal temática:

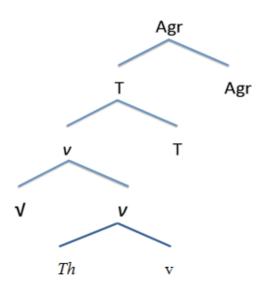


Figura 12. Inserção do morfema Th para alojamento de vogal temática

No caso das orações infinitivas, assumiremos que T é [-FIN].

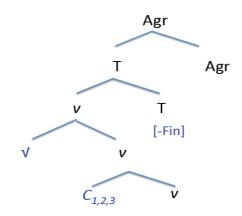


Figura 13. Sintaxe da flexão verbal no infinitivo

 $\label{eq:case_def} \mbox{J\'{a} no caso do Conjuntivo, adotar-se-\'{a} a hip\'otese da existência de um n\'ucleo} $M(\mbox{odo})$ independente de T.$ 

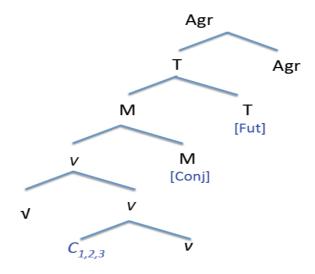


Figura 14. Sintaxe da flexão verbal no futuro do conjuntivo

Com os verbos regulares, por hipótese, M funde com T, sendo que o resultado após Fusão é o seguinte:

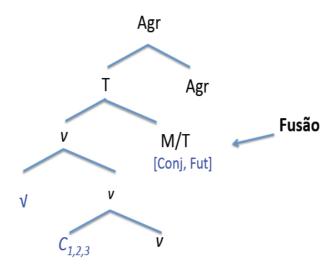


Figura 15. Sintaxe da flexão verbal no futuro do conjuntivo (verbos regulares)

Como vimos, no modelo da MD, cada item do vocabulário é definido como uma relação entre uma expressão fonológica e um traço gramatical ou semântico e, eventualmente, um contexto de inserção. Assim, por exemplo, no caso do morfema do infinitivo e das vogais temáticas, teremos os seguintes Itens de Vocabulário:

(29) 
$$/r/ \longleftrightarrow [-Fin]$$
  $/e/ \longleftrightarrow [c2]$   
 $/a/ \longleftrightarrow [c1]$   $/i/ \longleftrightarrow [c3]$ 

O expoente fonológico do morfema do futuro do conjuntivo dos verbos regulares é também /r/:

$$(30)$$
 /r/  $\longleftrightarrow$  [Conj, Fut]

No caso particular dos traços de concordância, seguiremos a proposta de Nevins e Parrott (2009), segundo a qual cada pessoa se decompõe nos traços binários [±participante], [± autor]:

31) Traços de pessoa: [±participante, ± autor]
Traços de número: [± pl]

As diferentes combinatórias de traços dão-nos as seguintes especificações do morfema Agr:

```
(32) 1Psg: [+participante; +autor;-pl]
2Psg: [+participante; -autor;-pl]
3Psg: [-participante; -pl]
1Ppl: [+participante; +autor;+pl]
2Ppl: [+participante; -autor;+pl]
3Ppl: [-participante; +pl]
```

No contexto do conjuntivo (presente, pretérito imperfeito e futuro) e do infinitivo flexionado, propomos os seguintes Itens de Vocabulário para inserção no nó Agr (proposta parcialmente baseada em Bassani e Lunguinho, 2011):

(33) /s/ 
$$\longleftrightarrow$$
 [+participante; -autor;-pl]  
/mos/  $\longleftrightarrow$  [+participante; +autor;+pl]  
/N/  $\longleftrightarrow$  [+pl]  
/ø/  $\longleftrightarrow$  em todos os outros casos (elsewhere)

Para ilustrar como a inserção se processa, apresentar-se-á o exemplo da forma do futuro do conjuntivo 'cantarmos'.

(34) 
$$\sqrt{\text{cant-} + [c_1]}$$
 + [Conj, Fut] + [+participante; +autor;+pl]

 $\sqrt[]{a} \leftarrow \rightarrow [c_1]$  /r/  $\leftarrow \rightarrow$  [Fut. Conj] 

a.  $\sqrt[]{mos} \leftarrow \rightarrow$  [+part; +aut;+pl]

b.  $\sqrt[]{N} \leftarrow \rightarrow$  [+pl]

Para a primeira pessoa do plural, o nó terminal resultante da sintaxe contém as especificações [c1, Fut. Conj, + participante, + autor + pl]. Assim, para inserção no nó [c1, Fut. Conj, + participante, + autor + pl], competem os Itens de Vocabulário/mos/  $\leftrightarrow$  [+part; +aut;+pl] e /N/ $\leftrightarrow$  [+pl].

O item de vocabulário compatível com o nó terminal seria /mos/ ↔ [+part; +aut;+pl], contudo, para dar conta da concordância variável no dialeto da zona do Vale do Ave e do Vale do Sousa, propõe-se a aplicação condicionada de uma regra de Empobrecimento (Impoverishment; Bonet, 1991). O mesmo acontece para a forma

homónima no infinitivo flexionado. As regras de Empobrecimento operam sobre os traços morfossintáticos eliminando certas distinções. Em resultado da sua aplicação, o Item de Vocabulário esperado não pode ser inserido e, por conseguinte, um item menos especificado, geralmente o item *default* (*elsewhere*) é inserido. No caso em apreço, sugere-se a seguinte regra:

# (35) Regra de Empobrecimento

$$[+pl] \rightarrow \qquad [\emptyset] \quad / \left\{ [-Fin] \right\} \quad [\pm participant; \pm author; \_]$$
 
$$\left[ Fut \; Conj \right] \right\}$$

A regra (35) elimina o traço de número dos morfemas positivamente especificados para esse traço e está condicionada aos contextos de infinitivo flexionado e de futuro do conjuntivo. Em consequência da aplicação da regra, dá-se um "recuo" para a escolha do item usado em todos os outros casos, que é o expoente ø.

No espírito de Nevins e Parrott (2009) propõe-se que a regra (35) é uma regra variável na aceção da Sociolinguística Variacionista (Labov 1969, Guy 1991), isto é, é uma regra cuja aplicação é probabilística e não determinista ou categórica; daqui decorre a variação intra-individual.

Combinando a noção de 'regra variável' da Sociolinguística Variacionista com os princípios da MD, Nevins e Parrott (2009) propõem que o Empobrecimento variável é um dos mecanismos de variação intra-individual em morfossintaxe. Os autores propõem ainda que as operações de Empobrecimento morfológico são induzidas pelo carácter marcado dos traços morfossintáticos. Em particular, defendem (na linha de Greenberg, 1966, entre outros) que o valor positivo de um traço morfossintático é marcado. Os dados aqui discutidos estão em conformidade com esta proposta já que os morfemas afetados são os que são positivamente especificados para o traço de número.

Em síntese, este estudo vem confirmar o interesse da aplicação do modelo teórico da MD ao estudo da variação intra e interindividual em morfossintaxe.

# Capítulo V. Conclusão, considerações finais e investigação futura

A presente dissertação partiu de uma constatação empírica e factual de um fenómeno particular de concordância variável na fala de uma restrita comunidade no Vale do Sousa e no Vale do Ave. Essa constatação intuitiva tornou-se no foco de uma investigação cujo procedimento visou a comprovação empírica da sistematicidade e da regionalidade da variação na concordância verbal e a apresentação de uma proposta de explicação do fenómeno em estudo.

Para isso, aplicou-se uma bateria de testes dividida em três fases. Dos resultados do teste de juízos de gramaticalidade e do teste de leitura automonitorizada da Fase I, pôde-se concluir que os falantes aceitam as formas com e sem concordância em contextos de infinitivo flexionado e no futuro do conjuntivo e que rejeitam as restantes orações finitas sem concordância, provando-se desta forma, a equiparação dos verbos no infinitivo flexionado e no futuro do conjuntivo. Constatou-se ainda que os participantes do grupo de controlo rejeitam taxativamente as formas sem concordância aceites pelos participantes do grupo em estudo.

Provada a premissa inicial, avançou-se para uma segunda fase no procedimento experimental. Da Fase II resultou que os participantes do grupo em estudo rejeitam as formas sem concordância em contextos de infinitivo flexionado e no futuro do conjuntivo na segunda pessoa do singular, o que sugere que os falantes, ao cancelarem a concordância, estão a omitir o traço [Número] e não o traço [Pessoa].

Posteriormente, numa Fase III, tornou-se pertinente verificar se, perante estruturas de sujeito nulo, os falantes continuavam a cancelar a concordância, e, se os resultados se aproximavam dos da Fase I, isto é, dos contextos com o sujeito foneticamente realizado. Os resultados apontaram no sentido de a regra de concordância permanecer variável também neste contexto uma vez que, com sujeito expresso ou com sujeito nulo, os falantes aceitam as formas com e sem concordância.

Perante estes resultados, importava analisá-los e propor uma explicação que desse conta da variação intra e interindividual e, ao mesmo tempo, expusesse os processos morfossintáticos responsáveis pela aplicação sistematizada e ordenada da regra variável. Eis por que a fundamentação teórica e a discussão dos resultados da presente tese se apoiam em duas grandes teorias da linguística: a Teoria da Variação e a Teoria da MD. Do cruzamento da noção de regra variável (Labov, 1969) da Teoria da

Variação com o conceito de regra de Empobrecimento (Bonet, 1991) da MD, resultou uma análise estruturada e sistematizada do fenómeno em estudo.

As propostas de Nevins e Parrott (2009) e de Bassani e Lunguinho (2011) foram adotadas neste estudo uma vez que os dados recolhidos vão ao encontro destas propostas: os morfemas afetados são os que são positivamente especificados para o traço [Plural]. Deste modo, este estudo vem confirmar o interesse da aplicação do modelo teórico da MD ao estudo da variação intra e interindividual em morfossintaxe.

Do trabalho realizado, surge a primeira e óbvia pista para investigação futura: porque é que os falantes equiparam o futuro do conjuntivo ao infinitivo? A regra proposta na secção anterior para a explicação do fenómeno é uma regra disjuntiva, pelo que seria crucial encontrar a razão pela qual os falantes tratam o futuro do conjuntivo e o infinitivo da mesma maneira, por forma a eliminar-se a disjunção existente.

Ainda no seguimento da investigação, seria importante aprofundar o estudo destas estruturas através da adoção de diferentes metodologias de investigação, fundamentalmente em duas vertentes: i) ao nível da sociolinguística, poder-se-ia controlar e cruzar mais variáveis extralinguísticas com variáveis linguísticas e criar uma base de dados documental, um *corpus* linguístico, a partir da gravação de entrevistas com produções elicitadas destas estruturas, o que seria uma forma de verificar com mais precisão os contextos em que esta variação ocorre com mais frequência e sistematicidade e ii) ao nível do processamento, seria importante desenhar um teste com mais precisão, acautelando todas as variáveis que, tal como previamente discutido, poderão ter tido influência no possível enviesamento dos resultados obtidos no teste de leitura automonitorizada. Relacionando a sociolinguística e o processamento, seria interessante analisar os resultados por falante, verificar como cada um se comporta individualmente perante estruturas com e sem concordância (aqui fez-se sempre uma análise grupal) e comparar os resultados obtidos individualmente em testes de juízos de gramaticalidade com testes de processamento.

Destas conclusões globais e das pistas para investigação futura, resulta que, não obstante a pertinência dos resultados obtidos, continua a haver linhas de investigação a explorar com o intuito de melhor compreender o que este surpreendente caso de concordância variável nos pode dizer acerca dos mecanismos subjacentes à morfologia flexional verbal em PE.

## Bibliografia

- Bassani, Indaiá de Santana & Lunguinho, Marcus Vinicius (2011) Revisitando a flexão verbal do português à luz da Morfologia Distribuída: um estudo do presente, pretérito imperfeito e pretérito perfeito do indicativo. *ReVEL*, edição especial n. 5, 2011.
- Bonet, Eulalia (1991) Morphology after Syntax: Pronominal Clitics in Romance, MIT: Doctoral Dissertation.
- Cardoso, A., Carrilho, E. & Pereira, S. (2012) On verbal agreement in European Portuguese: syntactic conditions for the 3sg/3pl alternation. *Diacrítica* 25-1: 135-158.
- Camara JR, Joaquim Mattoso (1970) *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petropólis: Vozes.
- Chomsky, N. (1965) Aspects of the Theory of Syntax. Cambridge, MA: MIT Press.
- Chomsky, N. (1970) Remarks on nominalizations. In *Readings in English transformational grammar*. Roderic Jacobs and Peter Rosenbaum (eds.), 184-221. Ginn: Waltham.
- Chomsky, N. (1981) Lectures on Government and Binding: The Pisa Lectures. Dordrecht: Foris.
- Chomsky, N. (1995) *The minimalist program*. Cambridge: Mass, MIT Press. Versão portuguesa O programa minimalista (1995): tradução de Eduardo Raposo, Lisboa: Editorial Caminho, 1999.
- Duarte, M. I., Gonçalves A. & Santos (2013) Control, tense and inflected infinitives: an argument for an Agree theory of Control. Manuscrito em fase de submissão, Universidade de Lisboa.
- Du Bois, J. W. (1984) Competing motivations. In: HAIMAN, John. Iconicity in syntax. Amsterdam, John Benjamins.
- Embick, D. & Halle, M. (2005) On the Status of Stems in Morphological Theory. In T. Geerts and H. Jacobs eds. *Proceedings of Going Romance 2003*, John Benjamins.
- Embick, D. & Noyer, R. (1999) Locality in post-syntactic operations. In *Papers in Morphology and Syntax*, ed. by Vivian Lin, Cornelia Krause, Benjamin Bruening and Karlos Arregi. *MIT Working Papers in Linguistics* 34, 265-317.
- Embick, D. & Noyer, R. (2007) Distributed Morphology and the Syntax/Morphology Interface. In *The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces*, Gillian Ramchand and Charles Reiss (eds.), 289-324. Oxford: Oxford University Press.
- Greenberg, Joseph H. (1966) Language Universals with Special Reference to Feature Hierarchies. The Hage: Mouton.
- Guy, Gregory R. (1991) Explanation in variable phonology: An Exponential model of morphological constraints. *Language Variation and Change* 3: 1-22.
- Halle, M. (1990) An Approach to Morphology. In: *Proceedings of NELS* 20. University of Massachusetts. 150-184.
- Halle, M. (1997) Distributed Morphology: Impoverishment and Fission. *MIT Working Papers in Linguistics*.
- Halle, M. & Marantz, A. (1993) Distributed Morphology and pieces of inflection. In: Hale, Ken; Keyser, Samuel Jay. *The View from Building 20*. Cambridge, MA: MIT Press, pp. 111-176.
- Harley, H. & Noyer, R. (1999) State-of-the-article: Distributed Morphology. *Glot International* 4 (4): 3-9.

- Harley, H. & Noyer, R. (1998) Licensing in the non-lexicalist lexicon: nominalizations, vocabulary items and the encyclopaedia. *MIT Working Papers in Linguistics*. 32: Papers from the UPenn/MIT Roundtable on Argument Structure and Aspect. Cambridge, MITWPL, p. 119-137, 1998
- Harley, H. & Ritter, E. (2002) Person and Number in pronouns: A Feature-Geometric Analysis. *Language*, v. 78, 3: 482-526.
- Just, M. A., Carpenter, P. A. & Woolley, J. D. (1982) Paradigms and processes reading comprehension. *Journal of Experimental Psychology: General*, 3, 228–238.
- Labov, W. (1969) Contraction, deletion and inherent variability of the English copula. *Language* 45:715-762.
- Labov, W. (1972a) Language in the Inner City: Studies in the Black English Vernacular. Pennsylvania. University of Pennsylvania Press.
- Labov, W. (2008 [1972]) Padrões Sociolinguísticos. São Paulo: Parábola.
- Labov, W. (1978) Crossing the gulf between sociology and sociolinguistics. *The American Sociologist* 13:93-103.
- Labov, W.(1994) Principles of Linguistic Change Internal Factors. Oxford: Blackwell.
- Labov, W. (2001) Principles of Linguistic Change Social Factors. Oxford: Blackwell.
- Marantz, A. (1997) No escape from syntax: Don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. In: A. Dimitriadis, L. Siegel, *et al.* (eds.) *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*, vol. 4.2, Proceedings of the 21st annual Penn Linguistics Colloquium, 1997, 201-225.
- Marantz, A. (2006) Fusion, Fission, [Multiple Exponence] Blocking, and the Connection between Morphological Feature Geometry within and between Terminal Nodes in the Syntax. MIT
- Mota, M. A., Miguel, M. & Mendes, A. (2012) A concordância de p6 em português falado. Os traços pronominais e os traços de concordância. *PAPIA* 22(1): 161-187.
- Mota, M. A. & Vieira, S. (2008), Contrastando variedades do português brasileiro e europeu: padrões de concordância sujeito-verbo. C. Gonçalves and M. L. L. de Almeida (orgs.) *Língua Portuguesa. Identidade, Difusão e Variabilidade*. UFRJ, Pós-Graduação em Letras Vernáculas. 87-113.
- Magro, Catarina (2007) *Clíticos: Variações sobre o tema*, Tese de Doutoramento, Universidade Lisboa.
- Alec Marantz, A. Miyashita, Y. & O'Neil, W. (2000) Image, Language, Brain. MIT
- Naro, A. & Lemle, M. (1976) Syntactic diffusion. In: Steever, S. B. *et al.* (eds.). *Papers from the parasession on diachronic syntax*. Chicago: Chicago Linguistic Society.
- Naro, A. & Scherre, M. (2003) Estabilidade e mudança lingüística em tempo real: a concordância de número. In: Paiva, M. da Conceição & M. Eugênia L. Duarte (orgs.) *Mudança lingüística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj. 47-62.
- Noyer, R. (1992) Features, positions and affixes in autonomous morphological structure. Tese de Doutoramento, MIT, Cambridge, MA.
- Noyer, R. (1998) Impoverishment theory and morphosyntactic markedness. In: *Morphology and its relation to syntax*, ed. by Steven G. Lapointe, Diane K. Brentari and Patrick M. Farrell, 264–285. Stanford, CA: CSLI Publications.
- Nevins, A. (2011) Marked Targets versus Marked Triggers and Impoverishment of the Dual. *Linguistic Inquiry*, vol. 42.3, 413–444. Massachusetts Institute of Technology
- Nevins, A. & Jeffrey P. (2009) Variable rules meet Impoverishment theory: Patterns of agreement leveling in English varieties. *Lingua* 120-5: 1135–1159.
- Paiva Maria da Conceição de; Duarte, Maria Eugênia L. (2006) Quarenta anos depois:

- A herança de um programa na sociolingüística brasileira. In: Weinreich, U.; Labov, W.; Herzog, M. I. Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística. Trad. Marcos Bagno: 131-151. São Paulo.
- Pontes, Eunice (1972) Estrutura do Verbo no Português Coloquial. Petrópolis: Vozes.
- Rodrigues, A. S. (2004) Concordância verbal, sociolinguística e história do português brasileiro. *Forum Linguístico* 4-1: 115-145. Florianópolis.
- Sankoff, D. (1988) Variable rules. In: Ammon, U.; Dittmar, N.; Mattheier, K. J. (eds.) Sociolinguistics An international handbook of the science of language and society. Berlin/New York, Walter de Gruyter.
- Scherre, M. (1988) *Reanálise da concordância nominal em português*. Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Scherre, M. (1989) Sobre a atuação do princípio da saliênca fônica na concordância nominal. In: Fernando Tarallo, (ed.) *Fotografias Sociolingüísticas*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas. 301–332.
- Scherre, M. (1991) A concordância de número nos predicativos e nos particípios passivos. Organon A variação no português do Brasil. Porto Alegre, UFRGS-Instituto de Letras, 18(5):52-70.
- Scherre, M. (1994) Aspectos da concordância de número no português do Brasil. Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP) - Norma e Variação do Português. Associação das Universidades de Língua Portuguesa. 12:37-49.
- Scherre, M. & Naro, A. (1991) Marking in discourse: "birds of a feather". *Language Variation and Change*, 3 (1): 23-32.
- Scherre, M. & Naro, A. (1997) A concordância de número no português do Brasil: um caso de típico de variação inerente. In: Dermeval da Hora, (ed.) *Diversidade Lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia. pp. 93–114.
- Scherre, M. & Naro, A. (1998) Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In Ruffino, Giovanni (org.) *Dialettologia, geolinguistica, sociolinguistica*. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Universitá di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 5:509-523.
- Scherre, M., Naro, A. & Cardoso, C. R. (2007) O papel do tipo de verbo na concordância verbal no Português Brasileiro. In: DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica Aplicada, v. 23, n. spe. São Paulo.
- Schütze, Carson T. (1996)The Empirical Base of Linguistics: Grammaticality Judgment s and Linguistics Methodology. Chicago: University of Chicago Press.
- Varejão, Filomena (2006) *Variação em estruturas de concordância verbal e em estratégias de relativização no português europeu popular*, Tese de Doutoramento, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Wagers, M. W., Lau, E. & Pillips, C. (2009) "Agreement attraction in comprehension: Representations and processes". *Journal of Memory and Language*, 61, 206-237.
- Weinreich, U., Labov e W.; Herzog, M. I. (2006 [1968]) Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística. São Paulo: Parábola.
- Wodak, R., Johnstone, B. & Kerswill, P. (2011) The SAGE Handbook of Sociolinguistics. Londres. SAGE Publications.

# **Anexos**

## Anexo 1. Frases do teste de juízos de gramaticalidade da Fase I

- 1 Se nós for ao cinema, vamos faltar à aula.
- 2 A mãe faz sempre pão para eu comer.
- 3 A Maria comprou um computador para mim usar.
- 4 A mãe faz sempre pão para eles comerem.
- 5 O presidente aprovou que eles começasse a campanha.
- 6 A mãe faz sempre pão para nós comermos.
- 7 O professor tem de ser exigente para eu trabalhar.
- 8 A mãe faz sempre pão para mim comer.
- 9 Se os alunos acabarem a ficha, podem sair mais cedo.
- 10 Basta nós dizermos a verdade.
- 11 A mãe faz sempre pão para nós comer.
- O presidente aprovou que nós começássemos a campanha.
- O João insistiu para que nós ficasse.
- O João insistiu para que nós ficássemos.
- 15 A professora disse para eu pensar melhor.
- O delegado pediu para que nós saíssemos cedo.
- 17 A Maria comprou um computador para eu usar.
- 18 É difícil que os alunos trabalhe assim.
- 19 O professor tem de ser exigente para nós trabalharmos.
- 20 Se os miúdos puserem a mesa, podem ver televisão.
- O professor tem de ser exigente para os miúdos trabalhar.
- 22 É difícil nós trabalharmos assim.
- 23 É melhor eles irem à manifestação
- 24 Convém que nós saibamos o programa.
- O Vasco implorou para eu ir.
- O João saiu para mim entrar.
- 27 Basta que nós digamos a verdade.
- A mãe faz sempre pão para eles comer.
- 29 O João insistiu para nós ficar em casa.
- 30 É difícil que nós trabalhemos assim.
- Todos lamentaram eles chegar tarde.
- 32 É difícil que nós trabalhe assim.
- 33 Todos lamentaram nós chegar tarde.
- 34 Se nós corrermos, chegamos a tempo.
- O professor tem de ser exigente para que os alunos trabalhem.
- 36 É melhor nós irmos à manifestação
- Todos lamentaram que eles chegasse tarde.
- O professor tem de ser exigente para mim trabalhar.
- Todos lamentaram que eles chegassem tarde.
- 40 O presidente aprovou nós começarmos já a campanha.
- 41 Se nós acabar a ficha, podemos sair mais cedo.

- 42 O professor tem de ser exigente para nós trabalhar.
- 43 Se eles for ao cinema, vão faltar à aula.
- 44 O Vasco implorou para mim ir.
- 45 Se eles correr, chegam a tempo.
- 46 A mãe faz sempre pão para que eles comam.
- 47 Se nós puser a mesa, podemos ver televisão.
- Todos lamentaram eles chegarem tarde.
- 49 Convém eles saberem o programa.
- O professor tem de ser exigente para que os alunos trabalhe.
- 51 Se nós acabarmos a ficha, podemos sair mais cedo.
- 52 É melhor eles ir à manifestação
- O João saiu para eu entrar.
- Todos lamentaram que nós chegasse tarde.
- 55 É melhor que nós vá à manifestação
- Dantes, eles jantavam com a família todos os dias.
- O presidente aprovou eles começar já a campanha.
- O João insistiu para que os irmãos ficasse.
- Na praia, as crianças corriam todos os dias.
- O delegado pediu para que eles saíssem cedo.
- Basta que nós diga a verdade.
- Se os alunos acabar a ficha, podem sair mais cedo.
- O delegado pediu para mim sair cedo.
- Se eles forem ao cinema, vão faltar à aula.
- 65 É melhor que nós vamos à manifestação
- 66 Convém que eles saiba o programa.
- O delegado pediu para que eles saísse cedo.
- O presidente aprovou que nós começasse a campanha.
- O presidente aprovou eles começarem já a campanha.
- 70 Convém nós saber o programa.
- 71 Basta que as pessoas diga a verdade.
- Basta que as pessoas digam a verdade.
- 73 Se eles correrem, chegamos a tempo.
- O João insistiu para mim ficar.
- 75 É melhor que eles vão à manifestação
- A professora disse para mim pensar melhor.
- O João insistiu para os irmãos ficarem em casa.
- O delegado pediu para eles saírem cedo.
- Basta as pessoas dizerem a verdade.
- 80 Se os miúdos puser a mesa, podem ver televisão.
- A mãe faz sempre pão para que eles coma.
- Na praia, nós corríamos todos os dias.
- 83 Convém eles saber o programa.
- Dantes, nós jantávamos com a família todos os dias.
- O professor tem de ser exigente para que nós trabalhemos.

- 86 O João insistiu para nós ficarmos em casa.
- 87 Convém que nós saiba o programa.
- O professor tem de ser exigente para os alunos trabalharem.
- 89 Basta nós dizer a verdade.
- 90 O delegado pediu para nós sair cedo.
- 91 Se nós pusermos a mesa, podemos ver televisão
- 92 Todos lamentaram que nós chegássemos tarde.
- 93 Se nós formos ao cinema, vamos faltar à aula.
- 94 Se nós correr, chegamos a tempo.
- 95 Basta as pessoas dizer a verdade.
- 96 O presidente aprovou nós começar já a campanha.
- 97 O presidente aprovou que eles começassem a campanha.
- 98 Eles jantava com a família todos os dias.
- 99 Dantes, nós jantava com a família todos os dias.
- 100 O João insistiu para eu ficar.
- 101 O professor tem de ser exigente para que nós trabalhe
- 102 A mãe faz sempre pão para que nós comamos.
- 103 É difícil nós trabalhar assim.
- 104 É difícil os alunos trabalhar assim.
- 105 O delegado pediu para nós sairmos cedo.
- 106 É melhor que eles vá à manifestação
- 107 O delegado pediu para que nós saísse cedo.
- 108 Todos lamentaram nós chegarmos tarde.
- 109 Na praia nós corria todos os dias.
- 110 O delegado pediu para eu sair cedo.
- 111 Convém que eles saibam o programa.
- 112 É difícil os alunos trabalharem assim.
- O João insistiu para que os irmãos ficassem.
- O João insistiu para os irmãos ficar em casa.
- 115 É difícil que os alunos trabalhem assim.
- 116 É melhor nós ir à manifestação
- 117 A mãe faz sempre pão para que nós coma
- 118 Convém nós sabermos o programa.
- 119 O delegado pediu para eles sair cedo.
- 120 Na praia, as crianças corria todos os dias.

# Anexo 2. Frases do teste de leitura automonitorizada

# Frases e perguntas do teste leitura automonitorizada do grupo em estudo, Fase I

1	Se nós for ao teatro, vamos faltar à aula.	Pode-se ir ao teatro e à aula?
2	O pai faz sempre o jantar para eu comer.	Eu como?
3	A Joana comprou um relógio para mim usar.	A Joana comprou um relógio?
4	O pai faz sempre o jantar para eles comerem.	É para eles que o pai faz o jantar?
5	O júri aprovou que eles começasse já o concurso.	O concurso começou depressa?
6	O pai faz sempre o jantar para nós comermos.	O pai faz o jantar às vezes?
7	A mãe tem de ser exigente para eu trabalhar.	Eu trabalho sem o exigirem?
8	O pai faz sempre o jantar para mim comer.	A mãe faz-me o jantar?
9	Se os trabalhadores acabarem a obra, podem sair mais cedo.	A obra já está pronta?
10	Basta nós dizermos uma mentira.	Uma mentira é suficiente?
11	O pai faz sempre o jantar para nós comer.	O pai faz o jantar?
12	O júri aprovou nós começarmos já o concurso.	O início do concurso foi adiado?
13	A Ana insistiu para que nós ficasse em casa.	Era o Ricardo que nos queria em casa?
14	A Ana insistiu para que nós ficássemos em casa.	A Ana mandou-nos ao Centro Comercial?
15	O advogado disse para eu pensar melhor.	O advogado fez-me pensar?
16	O professor pediu para que nós saíssemos cedo.	O professor tirou-nos o intervalo?
17	A Joana comprou um relógio para eu usar.	Foi um computador que a Joana comprou?
18	É difícil que os empregados trabalhe assim.	Os empregados podem trabalhar desta forma?
19	A mãe tem de ser exigente para nós trabalharmos.	A mãe pode facilitar?
20	Se os miúdos puserem a mesa, podem jogar futebol.	Eles podem brincar antes de pôr a mesa?
21	A mãe tem de ser exigente para os filhos trabalhar.	Os filhos trabalham se a mãe exige?
22	É difícil nós trabalharmos assim.	Há condições de trabalho?
23	É melhor eles irem ao cinema.	É ao cinema que devem ir?
24	Convém que nós saibamos a canção.	Eles têm de saber cantar?
25	O João implorou para eu ir.	O João queria muito que eu fosse?
26	O Luís saiu para mim entrar.	O Luís saiu?
27	Basta que nós digamos uma mentira.	Uma mentira basta?
28	O pai faz sempre o jantar para eles comer.	É a mãe que faz sempre o jantar?
29	A Ana insistiu para nós ficar em casa.	Foi a Ana que teimou?
30	É difícil que nós trabalhemos assim.	O trabalho sem condições é complicado?
31	Os pais lamentaram eles chegar tarde.	Eles chegaram cedo?
32	É difícil que nós trabalhe assim.	É bom trabalhar assim?
33	Os pais lamentaram nós chegar tarde.	Os pais ficaram tristes com o atraso?
34	Se nós corrermos, chegamos a tempo.	Eles estão com pressa?
35	A mãe tem de ser exigente para que os filhos trabalhem.	A mãe pressiona os filhos?
36	É melhor nós irmos ao cinema.	Eles devem ir ao cinema?
37	Os pais lamentaram que eles chegasse tarde.	Eles atrasaram-se?

38	A mãe tem de ser exigente para mim trabalhar.	Eu trabalho se a mãe exigir?
39	Os pais lamentaram eles chegarem tarde.	A família agradeceu o atraso?
40	O júri aprovou nós começarmos já o concurso.	O júri discordou do concurso?
41	Se nós acabar o trabalho, podemos sair mais cedo.	O trabalho pode ficar pendente?
42	A mãe tem de ser exigente para nós trabalhar.	É o filho que é exigente?
43	Se eles for ao teatro, vão faltar à aula.	O teatro é na hora da aula?
44	O João implorou para mim ir.	Foi o Nuno que implorou?
45	Se eles correr, chegamos a tempo.	É importante que eles se apressem?
46	O pai faz sempre o jantar para que eles comam.	É o lanche que o pai faz sempre?
47	Se nós puser a mesa, podemos jogar futebol.	É possível jogar futebol?
48	Os pais lamentaram eles chegarem tarde.	Os pais ficaram descontentes com eles?
49	Convém eles saberem a canção.	É importante esquecerem a canção?
50	A mãe tem de ser exigente para que os filhos trabalhe.	Os filhos trabalham facilmente?
51	Se nós acabarmos o trabalho, podemos sair mais cedo.	Eles têm de acabar o trabalho?
52	É melhor eles ir ao cinema.	O cinema é a pior opção?
53	O Luís saiu para eu entrar.	O Luís entrou?
54	Os pais lamentaram que nós chegasse tarde.	Eles desapontaram os pais?
55	É melhor que nós vá ao cinema.	A melhor opção é o teatro?
56	Dantes, eles jantavam com a família todos os dias.	Eles ainda almoçam com a família?
57	O júri aprovou eles começar já o concurso.	Foi o filme que começou?
58	A Joana insistiu para que os pais ficasse em casa.	A Joana fez um programa caseiro para os pais?
59	Na praia, as crianças corriam todos os dias.	Os adultos corriam na praia?
60	O advogado pediu para que eles saíssem cedo.	O advogado estava preocupado com as horas?
61	Basta que nós diga uma mentira.	São precisas duas mentiras?
62	Se os trabalhadores acabar a obra, podem sair mais cedo.	O dia pode acabar cedo?
63	O professor pediu para mim sair cedo.	O professor apressou-me?
64	Se eles forem ao teatro, vão faltar à aula.	É possível ir à aula e ao teatro?
65	É melhor que nós vamos ao cinema.	Ir ao cinema é a opção ideal?
66	Convém que eles saiba a canção.	Será que eles podem esquecer a canção?
67	O advogado pediu para que eles saísse cedo.	O advogado estava descansado com o tempo?
68	O júri aprovou que nós começasse já o concurso.	O arranque do concurso foi aceite?
69	O júri aprovou eles começarem já o concurso.	O concurso foi aprovado?
70	Convérs née colon e conce	f 1 1 0
71	Convém nós saber a canção.	É a dança que devemos saber?
	Basta que as pessoas diga uma mentira.	É preciso que se minta muitas vezes?
72		
72 73	Basta que as pessoas diga uma mentira.	É preciso que se minta muitas vezes?
	Basta que as pessoas diga uma mentira. Basta que as pessoas digam uma mentira.	É preciso que se minta muitas vezes? Duas mentiras são demais?
73	Basta que as pessoas diga uma mentira. Basta que as pessoas digam uma mentira. Se eles correrem, chegamos a tempo.	É preciso que se minta muitas vezes?  Duas mentiras são demais?  Eles têm tempo para andar?  A Maria insistiu?  A melhor escolha é o cinema?
73 74	Basta que as pessoas diga uma mentira. Basta que as pessoas digam uma mentira. Se eles correrem, chegamos a tempo. A Ana insistiu para mim ficar.	É preciso que se minta muitas vezes?  Duas mentiras são demais?  Eles têm tempo para andar?  A Maria insistiu?
73 74 75	Basta que as pessoas diga uma mentira. Basta que as pessoas digam uma mentira. Se eles correrem, chegamos a tempo. A Ana insistiu para mim ficar. É melhor que eles vão ao cinema. O advogado disse para mim pensar melhor. A Joana insistiu para os pais ficarem em casa.	É preciso que se minta muitas vezes?  Duas mentiras são demais?  Eles têm tempo para andar?  A Maria insistiu?  A melhor escolha é o cinema?
73 74 75 76	Basta que as pessoas diga uma mentira. Basta que as pessoas digam uma mentira. Se eles correrem, chegamos a tempo. A Ana insistiu para mim ficar. É melhor que eles vão ao cinema. O advogado disse para mim pensar melhor.	É preciso que se minta muitas vezes?  Duas mentiras são demais?  Eles têm tempo para andar?  A Maria insistiu?  A melhor escolha é o cinema?  O advogado pôs-me a refletir?

80 81 82 83 84	Se os miúdos puser a mesa, podem jogar futebol.  O pai faz sempre o jantar para que eles coma.  Na praia, nós corríamos todos os dias.  Convém eles saber a canção.  Dantes, nós jantávamos com a família todos os dias.	Os miúdos estão proibidos de jogar futebol? O pai cozinha? Corria-se habitualmente? Eles devem saber a canção? Os jantares em família eram frequentes?
85	A mãe tem de ser exigente para que nós trabalhemos.	Eles trabalham sem pressão?
86	A Ana insistiu para nós ficarmos em casa.	A Ana queria que saíssemos?
87	Convém que nós saiba a canção.	O importante é saber poesia?
88	A mãe tem de ser exigente para os filhos trabalharem.	A mãe tem de ser exigente?
89	Basta nós dizer uma mentira.	É preciso mentir três vezes?
90	O professor pediu para nós sair cedo.	Foi o professor que pediu?
91	Se nós pusermos a mesa, podemos jogar futebol.	Deve-se pôr a mesa antes do futebol?
92	Os pais lamentaram nós chegarmos tarde.	Chegamos cedo?
93	Se nós formos ao teatro, vamos faltar à aula.	Ou vamos ao teatro ou vamos à aula?
94	Se nós correr, chegamos a tempo.	Eles vão chegar a horas se andarem?
95	Basta as pessoas dizer uma mentira.	Basta uma mentira às pessoas?
96	O júri aprovou nós começar já o concurso.	O concurso pôde começar de imediato?
97	O júri aprovou eles começarem já o concurso.	O concurso foi cancelado?
98	Eles jantava com a família todos os dias.	A família via-se sempre?
99	Dantes, nós jantava com a família todos os dias.	Era com os amigos que se jantava dantes?
100	A Ana insistiu para eu ficar.	A Ana mandou-me embora?
101	A mãe tem de ser exigente para que nós trabalhe.	A mãe tem de puxar por nós?
102	O pai faz sempre o jantar para que nós comamos.	O jantar é feito pelo pai?
103	É difícil nós trabalhar assim.	Eles gostam de trabalhar assim?
104	É difícil os empregados trabalhar assim.	Os empregados têm um mau trabalho?
105	O professor pediu para nós sairmos cedo.	O médico mandou-nos sair cedo?
106	É melhor que eles vá ao cinema.	Eles devem afastar-se do cinema?
107	O professor pediu para que nós saísse cedo.	O professor tinha pressa?

108	Os pais lamentaram nós chegarmos tarde.	Os pais ficaram contentes?
109	Na praia nós corria todos os dias.	Corria-se na praia?
110	O professor pediu para eu sair cedo.	O professor atrasou-me?
111	Convém que eles saibam a canção.	A canção importa?
112	É difícil os empregados trabalharem assim.	São os patrões que trabalham?
113	A Joana insistiu para que os pais ficassem em casa.	A Joana queria os pais no seu lar?
114	A Joana insistiu para os pais ficar em casa.	Foi o Luís que falou com os pais?
115	É difícil que os empregados trabalhem assim.	Os funcionários enfrentam problemas?
116	É melhor nós ir ao cinema.	Ir ao cinema é uma boa opção?
117	O pai faz sempre o jantar para que nós coma.	É do almoço que o pai trata sempre?
118	Convém nós sabermos a canção.	É importante a canção?
119	O advogado pediu para eles sair cedo.	Foi o João que os apressou?
120	Na praia, as crianças corria todos os dias.	As crianças ficavam sentadas na praia?

## Anexo 3. Frases do teste de juízos de gramaticalidade da Fase II

- 1 Se tu for ao cinema, vais faltar à aula.
- 2 A mãe faz sempre pão para eles lancharem.
- 3 O Miguel faz sempre bolo para tu comeres.
- 4 Basta nós dizermos tudo.
- 5 O Miguel faz sempre bolo para tu comer.
- 6 O Nuno tem de ser bom para nós colaborarmos.
- 7 É difícil nós trabalharmos assim.
- 8 É melhor eles irem à manifestação
- 9 A mãe faz sempre pão para eles lanchar.
- 10 O João insistiu para nós ficar em casa.
- 11 A mãe lamentou eles chegar tarde.
- 12 Todos lamentaram tu chegar tarde.
- 13 Se tu correres, chegas a tempo.
- 14 É melhor tu ires à festa.
- O pai aprovou nós começarmos já o trabalho.
- 16 Se nós acabar o teste, podemos sair mais cedo.
- O Nuno tem de ser bom para nós colaborar.
- 18 Se eles for ao teatro, vão faltar à aula.
- 19 Se eles correr, chegamos a tempo.
- 20 Se nós puser a mesa, podemos sair.
- 21 A mãe lamentou eles chegarem tarde.
- 22 Convém eles saberem o programa.
- 23 Se nós acabarmos o teste, podemos sair mais cedo.
- 24 É melhor eles ir à manifestação
- 25 Se eles forem ao teatro, vão faltar à aula.
- 26 Convém tu saber a canção.
- 27 Se eles correrem, chegamos a tempo.
- O delegado pediu para eles saírem tarde.
- 29 Convém eles saber o programa.
- O João insistiu para nós ficarmos em casa.
- 31 Basta nós dizer tudo.
- 32 O diretor pediu para tu sair cedo.
- 33 Se nós pusermos a mesa, podemos sair.
- 34 Se tu fores ao cinema, vais faltar à aula.
- 35 Se tu correr, chegas a tempo.
- O pai aprovou nós começar já o trabalho.
- 37 É difícil nós trabalhar assim.
- O diretor pediu para tu saíres cedo.
- 39 Todos lamentaram tu chegares tarde.
- 40 É melhor tu ir à festa.
- 41 Convém tu saberes a canção.
- 42 O delegado pediu para eles sair tarde.

## Anexo 4. Frases do teste de juízos de gramaticalidade da Fase III

- 1 Eles adoram pizza. Se comer demasiado, ficam doentes.
- 2 Dantes, nós jantávamos com a família todos os dias.
- Nós vamos chegar atrasados. Se correr, chegamos a tempo.
- 4 Eles adoram pizza. Se comerem demasiado, ficam doentes.
- 5 Eles jantava com a família todos os dias.
- 6 Eles querem ir ao cinema. Se fizer os trabalhos de casa, podem ir.
- 7 Eles são teimosos. Se for contrariados, ficam aborrecidos.
- 8 Eles querem ver aquele filme. Se forem ao cinema, vão faltar à aula.
- 9 Dantes, nós jantava com a família todos os dias.
- 10 Eles são teimosos. Se forem contrariados, ficam aborrecidos.
- Eles vão chegar atrasados. Se correr, chegam a tempo.
- 12 Na praia, as crianças corria todos os dias.
- 13 Eles querem ver aquele filme. Se for ao cinema, vão faltar à aula.
- Nós temos de ajudar em casa. Se puser a mesa, podemos ver televisão.
- 15 Eles vão sair. Se levarem o carro fica mais barato.
- 16 Na praia nós corria todos os dias.
- Os miúdos têm de ajudar em casa. Se puserem a mesa, podem ver televisão.
- Na praia, nós corríamos todos os dias.
- 19 Nós adoramos pizza. Se comer demasiado, ficamos doentes.
- Nós queremos ir ao cinema. Se fizer os trabalhos de casa, podemos ir.
- Na praia, as crianças corriam todos os dias.
- Nós queremos ir ao cinema. Se fizermos os trabalhos de casa, podemos ir.
- Nós queremos sair mais cedo. Se acabar a ficha, podemos ir?
- Eles querem ir ao cinema. Se fizerem os trabalhos de casa, podem ir.
- Dantes, eles jantavam com a família todos os dias.
- Nós adoramos pizza. Se comermos demasiado, ficamos doentes.
- Nós queremos sair mais cedo. Se acabarmos a ficha, podemos ir?
- 28 Eles vão chegar atrasados. Se correrem, chegam a tempo
- Nós queremos ver aquele filme. Se formos ao cinema, vamos faltar à aula.
- 30 Os alunos querem sair mais cedo. Se acabar a ficha, podem ir?
- Nós somos teimosos. Se for contrariados, ficamos aborrecidos.
- 32 Eles vão sair. Se levar o carro fica mais barato.
- Nós temos de ajudar em casa. Se pusermos a mesa, podemos ver televisão.
- Nós queremos ver aquele filme. Se for ao cinema, vamos faltar à aula.
- Nós vamos chegar atrasados. Se corrermos, chegamos a tempo
- Nós somos teimosos. Se formos contrariados, ficamos aborrecidos.
- Nós vamos sair. Se levar o carro fica mais barato.
- Os alunos querem sair mais cedo. Se acabarem a ficha, podem ir?
- 39 Os miúdos têm de ajudar em casa. Se puser a mesa, podem ver televisão.
- 40 Nós vamos sair. Se levarmos o carro fica mais barato.